



Seção de Legislação da Câmara Municipal de Nova Friburgo / RJ

RESOLUÇÃO LEGISLATIVA Nº 2.206, DE 25/05/2016
DISPÕE SOBRE VIAGEM A SERVIÇO E CONCESSÃO DE DIÁRIA A SERVIDOR DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO decreta e eu promulgo a seguinte Resolução Legislativa:

Art. 1º O servidor da Câmara Municipal de Nova Friburgo que se deslocar de sua sede, eventualmente e por motivo de serviço, participação em cursos ou eventos de capacitação profissional, para dentro ou fora do Estado do Rio de Janeiro, faz jus à percepção de diária de viagem para fazer face às despesas com alimentação e estadia.

Parágrafo único. Para os efeitos desta Lei, sede é o Município de Nova Friburgo.

Art. 2º A concessão de diária fica condicionada à existência de cota orçamentária e financeira disponíveis para essa finalidade.

Parágrafo único. A diária a que se refere o artigo 1º possui natureza indenizatória, não incidindo desconto a título de contribuição previdenciária e de imposto sobre a renda, tampouco gerando direito à incorporação.

Art. 3º Os valores das diárias de viagem são os constantes na Tabela do Anexo I desta Resolução.

Art. 4º São competentes para autorizar a concessão de diária e o uso do meio de transporte a ser utilizado na viagem o Presidente da Câmara ou o Secretário Geral.

Parágrafo único. A solicitação deverá ser feita por meio de utilização do formulário, conforme Anexo II desta Resolução.

Art. 5º O solicitante terá o prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados do término da viagem, para realizar a juntada de documentos necessários à comprovação da mesma.

Parágrafo único. Após a análise dos documentos apresentados e verificada a percepção de diárias indevidas, o solicitante será comunicado para dar início ao processo de devolução do valor pago indevidamente.

Art. 6º Ao servidor que dispuser de alimentação ou de pousada oficial gratuita, será devida a parcela correspondente a 50% (cinquenta por cento) da diária integral.

Art. 7º A diária não será devida:

- I** - no período de trânsito, ao servidor que, por motivo de remoção ou transferência, tiver que mudar de sede;
- II** - quando o deslocamento do servidor durar menos de 6 (seis) horas;
- III** - quando o deslocamento se der para localidades onde o servidor seja domiciliado, salvo nos casos previstos no art. 1º desta norma;
- IV** - quando o beneficiário, recebendo antecipadamente as diárias, não se deslocar conforme o solicitado em requerimento, hipótese em que os valores serão devolvidos aos cofres do Município, estornando-se a despesa realizada para fins orçamentários; e
- V** - o deslocamento do Município não for devidamente autorizado pelo Secretário Geral ou o Presidente da Câmara.

Art. 8º A indenização da diária de alimentação e pousada será apurada conforme as situações a seguir elencadas:

- I** - nos deslocamentos a municípios cuja distância até a sede da Câmara Municipal de Nova Friburgo seja inferior a 100 (cem) Km e o tempo de afastamento não seja superior a 8 (oito) horas, excluído o traslado residência-trabalho;

II - nos deslocamentos a municípios cuja distância seja igual ou superior a 100 (cem) Km desta Casa Legislativa, será autorizado o pernoite e pago o valor de diária integral (alimentação e pousada),

Art. 9º As diárias, até o limite de 10 (dez), serão pagas antecipadamente, desde que requeridas em tempo hábil para liberação orçamentária.

§ 1º Quando a viagem ultrapassar esse limite, as diárias excedentes serão autorizadas mediante justificativa fundamentada, caso em que serão pagas parceladamente.

§ 2º As viagens que ocorrerem aos sábados, domingos ou feriados, deverão ser expressamente justificadas e passivas de ser ou não autorizadas.

DO TRANSLADO

Art. 10. Sem prejuízo do disposto no art. 9, serão concedidas cotas de traslado aos servidores quando em viagem intermunicipal ou interestadual a serviço ou participação em cursos ou eventos de capacitação profissional. Parágrafo único. Sempre que possível e a distância permitir, será dada preferência ao transporte por veículo próprio da Câmara Municipal de Nova Friburgo.

Art. 11. A Câmara Municipal deverá, quando da aquisição de passagens aéreas ou terrestres, sempre verificar o menor preço para o horário ou dia do evento, mediante abertura de processo de cotação de preço, fazendo juntada de 3 (três) orçamentos devidamente preenchidos.

Art. 12. Poderão ser celebrados contratos para a prestação de serviços de agenciamento de viagens.

§ 1º O contrato contemplará, em conjunto ou separadamente:

I - hospedagem, incluindo alimentação; e

II - aquisição de passagens, com ou sem traslado.

§ 2º A contratação do estabelecimento agenciador obedecerá a legislação sobre licitações da Administração Pública,

§ 3º O órgão ou entidade fará opção pela solução mais econômica e viável, seja o pagamento de diária, seja a utilização de contrato com agenciador, limitados os gastos com alimentação e pousada, em qualquer caso, aos valores previstos no Anexo I desta Lei.

§ 4º Não será permitido o reembolso de despesas extras com bebidas alcoólicas, telefonemas particulares e outras equivalentes.

Art. 13. É vedado o pagamento de diária cumulativamente com outra retribuição de caráter indenizatório de despesas com alimentação e pousada.

Art. 14. Deverá ser disponibilizado no site oficial da Câmara Municipal de Nova Friburgo relatório contendo a planilha de viagem a qual contenha as seguintes informações:

I - o servidor ou Vereador que viajou;

II - finalidade;

III - destino;

IV - período; e

V - tipo e valor da diária concedida de forma unitária, sem acúmulo, demonstrando o valor total ao final.

Parágrafo único. Fica estabelecido que as informações constantes no caput deste artigo serão disponibilizadas no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas da realização de qualquer diária.

Art. 15. Esta Resolução Legislativa entra em vigor na data de sua publicação, revogada a Resolução Legislativa nº 2.100/14 e outras normas que a contrariarem.

Nova Friburgo, 25 de maio de 2016.

VEREADOR MARCIO JOSE DA SILVA DAMAZIO
PRESIDENTE

Vereador Marcelo Verly de Lemos - 1º Vice-Presidente
Vereadora Vanderléia Pereira Lima - 2ª Vice-Presidente

Vereador Christiano Pereira Huguenin - 1º Secretário

AUTORIA: VEREADOR MESA DIRETORA - P. 1404/16

ANEXO I

SERVIDORES:	VALOR:			VALOR:		
	intermunicipal			Interestadual		
	Alimentação	Pousada	Total	Alimentação	Pousada	Total
COMISSIONADOS:						
Procurador; Secretário Geral; Secretário de Expediente e Secretário de Controle Interno.	R\$ 100,00	R\$ 250,00	R\$ 350,00	R\$ 120,00	R\$ 280,00	R\$ 400,00
VEREADORES	R\$ 100,00	R\$ 250,00	R\$ 350,00	R\$ 120,00	R\$ 280,00	R\$ 400,00
EFETIVOS	R\$ 100,00	R\$ 250,00	R\$ 350,00	R\$ 120,00	R\$ 280,00	R\$ 400,00

ANEXO II

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO

Data

__/__/__

Nome do Servidor:

Matrícula:

Viagens Previstas:

Período de __/__/__ à __/__/__

Meio de Transporte: _____

Localidade(s):

Objetivo da Viagem:

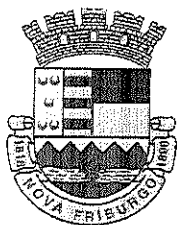
Diária:

Declaro que não resido na(s) localidade(s) de destino.

__/__/__

Data

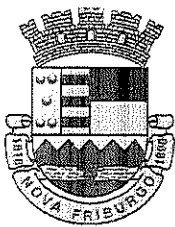
Assinatura do Servidor



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

FORMULÁRIO DE SOLICITAÇÃO DE PASSAGENS E DIÁRIAS
(Fundamento legal: Resolução Legislativa nº2.206/2016)

1. NOME DO SOLICITANTE:					
2. CARGO/FUNÇÃO:					
3. MATRÍCULA:					
4. DATA DA SOLICITAÇÃO: (preenchimento pelo setor responsável)	<i>* a ser preenchido pelo funcionário do setor responsável no momento do recebimento do pedido devidamente assinado pelo Presidente ou pelo Secretário Geral.</i>				
5. IDA (DATA E HORÁRIO):					
6. VOLTA (DATA E HORÁRIO):					
7. DESTINO:					
8. OBJETIVO DA VIAGEM:					
9. QUANTIDADE DE DIÁRIAS SOLICITADAS:	Intermunicipal		Interestadual		Não solicita diária ()
	I	II	I	II	
10. ASSINATURA E CARIMBO DO SOLICITANTE:					
11. ASSINATURA DE AUTORIZAÇÃO DO PRESIDENTE OU DO SECRETÁRIO GERAL (COM CARIMBO):					
<i>* Não será dado andamento ao pedido sem a assinatura de autorização do Presidente ou do Secretário Geral.</i>					
12. O solicitante declara estar ciente de que:					
a) Passagens solicitadas com antecedência menor do que 5 (cinco) dias úteis custam, em média, o triplo do preço de uma passagem normal.					
b) Necessitará apresentar, em até 10 (dez) dias úteis, após o término da viagem, um relatório detalhado e acompanhado de documentos comprobatórios do interesse público atendido pela viagem.					
c) Após a emissão das passagens, qualquer modificação na data ou horário somente será realizada mediante nova autorização do Presidente ou do Secretário Geral, aos quais será					



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

informado o valor da multa por alteração, quando houver.

d) Deslocamentos com menos de 6 (seis) horas de duração, não dão direito ao pagamento de diária.

e) Se receber a diária antecipadamente e não realizar a viagem, deverá devolver o dinheiro aos cofres do Município.

f) Não poderá receber mais de 10 (dez) diárias para cada viagem solicitada.

g) É vedado o pagamento de diária cumulativamente com outra retribuição de caráter indenizatório de despesas com alimentação e pousada.

h) Tem conhecimento integral da Resolução Legislativa nº 2.206/2016, que dispõe sobre a viagem a serviço e concessão de diária a servidor da Câmara Municipal de Nova Friburgo.

i) Declara que não reside no local de destino.

13. Ajuda para preenchimento do formulário:

Número do campo:	Explicação:
1	Preencher com letra legível o nome completo, conforme consta no documento de identificação do solicitante.
2	Cargo ou função do solicitante.
3	Número de matrícula do solicitante.
4	Data em que a solicitação foi entregue ao setor responsável.
5	Data e horário em que o solicitante deseja partir para a viagem. Caso haja flexibilidade no horário, informar a hora mínima e máxima da partida.
6	Data e horário em que o solicitante deseja retornar de viagem. Caso haja flexibilidade no horário, informar a hora mínima e máxima do retorno.
7	Nome do Município e do Estado para onde o solicitante viajará.
8	Descrever o objetivo da viagem em detalhes. Se for o caso, incluir o convite recebido para comparecer em evento, ou o comprovante de inscrição em curso, ou outros documentos comprobatórios da necessidade da viagem.
9	Informar a quantidade de diárias conforme o artigo 8º da Res.Leg. 2206/16: "Art. 8º - A indenização da diária de alimentação e pousada será apurada conforme as situações a seguir elencadas: I - nos deslocamentos a municípios cuja distância até a sede da Câmara Municipal de Nova Friburgo seja inferior a 100 (cem) Km e o tempo de afastamento não seja superior a 8 (oito) horas, excluído o traslado residência-trabalho-residência, o servidor fará jus à diária de alimentação; e II - nos deslocamentos a municípios cuja distância seja igual ou superior a 100 (cem) Km desta Casa Legislativa, será autorizado o pernoite e pago o valor de diária integral (alimentação e pousada)".

Formulário criado em 23/05/2018 por: Silvia Rocha

Modelo armazenado na pasta Plenário Novo\Formulários, no Servidor de Arquivos.

DOCUMENTO

6



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO

Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Controle Interno

Referência: Regulamenta a atribuição de Gestor de Contrato

Instrução Normativa (IN) SeCon nº 001/2018

O Secretário de Controle Interno da Câmara Municipal de Nova Friburgo, tendo como suporte a Resolução Legislativa nº (Projeto 435/18 – ag. aprovação), bem como a novel Lei Orgânica Municipal, **CONSIDERANDO** que:

- a Administração Pública tem o poder-dever de planejar, gerenciar, acompanhar e fiscalizar a atuação da contratada, de modo a garantir o adimplemento do objeto contratado, bem como detectar, antecipadamente, práticas em desconformidades ou defeituosas;
- a necessidade de padronização dos procedimentos atinentes à gestão e à fiscalização dos contratos administrativos;
- a importância de propiciar aos agentes públicos, de forma sintetizada e objetiva, orientações de caráter preventivo; e
- o disposto nos arts. 67, 73 e 74 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e no art. 239 da Lei Estadual nº 287, de 04 de dezembro de 1979;

INSTRUI aos servidores que exercem a atribuição de Gestor/Fiscalização de Contratos no âmbito do Poder Legislativo do Município de Nova Friburgo, com as seguintes diretrizes e disposições:

GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DOS CONTRATOS

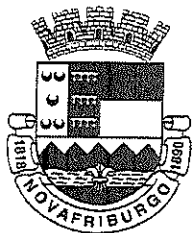
Art. 1º Esta Instrução Normativa regulamenta a gestão e a fiscalização das contratações, no âmbito do Poder Legislativo do Município de Nova Friburgo.

Parágrafo único. A gestão das contratações consiste em atividades coordenadas que visam a administrar os contratos com ações proativas e preventivas, de modo a propiciar o cumprimento das regras previstas no Edital, no Termo de Referência e/ou no Projeto Básico e no instrumento contratual, para o atingimento dos resultados esperados.

Art. 2º A gestão e a fiscalização da execução da contratação serão realizadas por agentes públicos especialmente designados pela autoridade competente, respectivamente denominados gestores e fiscais da contratação.

Parágrafo único. Para o regular cumprimento das diretrizes traçadas nesta Instrução Normativa, são considerados:

I - Gestor de Contratos: agente público responsável pelo preparo, coordenação, acompanhamento, conclusão e demais fatos gerenciais dos atos dos contratos, no todo ou por tarefas especificamente designadas, devendo zelar pelo cumprimento das cláusulas



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO

Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Controle Interno

Referência: Regulamenta a atribuição de Gestor de Contrato

contratuais, inclusive pela proposta de aplicação de penalidades, no sentido de garantir a adequada execução dos contratos celebrados;

II - Fiscal do Contrato: servidor efetivo ou em comissão, constituído por, no mínimo, 1 (um) agente público, designados para acompanhamento da execução do objeto do contrato;

Art. 3º A designação dos gestores e dos fiscais será realizada por ato administrativo de nomeação a ser publicada no veículo impresso que sirva de publicação oficial, bem como deverá estar disponível no *sítio* eletrônico do Poder Legislativo.

Parágrafo único. São elementos do referido ato:

I - a identificação do(s) contrato(s) objeto da gestão e da fiscalização;

II - o nome, a matrícula e o cargo do agente público designado;

III - as obrigações específicas dos gestores e dos fiscais, quando o caso demandar, que não estejam relacionadas nesta instrução normativa;

IV - a indicação dos substitutos em caso de férias, licenças e outros eventuais afastamentos.

Art. 4º O ato administrativo deverá designar, no mínimo, 2 (dois) agentes públicos, dependendo da complexidade e nível de fiscalização contratual, devendo, obrigatoriamente, pelo menos um ser servidor do quadro efetivo.

Parágrafo único. Quando a gestão ou a fiscalização da contratação requerer atividades e diligências diárias, o ato de designação poderá estabelecer que estes agentes terão dedicação exclusiva.

Art. 5º É facultada à Administração a contratação de terceiros para assistir e subsidiar o fiscal do contrato das informações necessárias ao cumprimento de suas atribuições.

§ 1º A contratação de terceiros não exime as atribuições dos gestores e dos fiscais, cabendo-lhes adotar as providências necessárias visando à fiel execução do contrato.

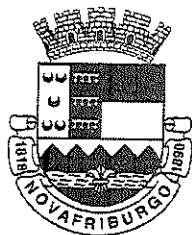
§ 2º Em observância ao princípio da economicidade, a contratação de terceiros somente poderá ser realizada se o objeto contratado exigir informações especializadas, insupríveis por pessoal pertencente aos quadros de servidores.

Art. 5º A escolha dos gestores e dos fiscais do contrato deverá recair sobre agente público com boa reputação ético-profissional e atribuição ou especialização técnica compatível com o objeto do contrato.

§ 1º É vedada a designação de agente público para gestor ou fiscal de contrato que:

I - tenha sido apenado em processo administrativo e a sanção não tenha sido cumprida;

II - tenha, em seus registros funcionais, punições decorrentes da prática de atos lesivos ao patrimônio público;



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO

Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Controle Interno

Referência: Regulamenta a atribuição de Gestor de Contrato

III - tenha sido condenado por crimes contra a Administração Pública ou por ato de improbidade administrativa;

IV - possua os seguintes vínculos familiares com os administradores da empresa contratada:

- a) que sejam casados, na forma da lei civil;
- b) que mantenham união estável, na forma da lei civil;
- c) que sejam pais, avós ou bisavós;
- d) que sejam filhos, netos ou bisnetos;
- e) que sejam irmãos, tios ou sobrinhos;
- f) que sejam casados ou mantenham união estável com pais, avós, bisavós, filhos, netos, bisnetos ou irmãos;
- g) que sejam ex-cônjuge ou ex-companheiro dos pais, dos avós, dos bisavós, dos filhos, dos netos, dos bisnetos.

V - possuir interesse pessoal direto ou indireto no resultado do contrato;

VI - estiver litigando judicial ou administrativamente com preposto, gerente, diretor, proprietário ou sócio da contratada ou respectivos cônjuges ou companheiros;

VII - tenha amizade íntima ou inimizade notória com alguma das pessoas indicadas no item anterior;

VIII - tenha relação de crédito ou débito com a contratada ou com as pessoas indicadas no inciso VI deste artigo;

IX - tenha, por qualquer condição, aconselhado a parte contratada ou que dela tenha recebido, a qualquer título, honorários, créditos, presentes ou favores;

X - exerça função incompatível com as designadas, tendo em vista o princípio da segregação das funções.

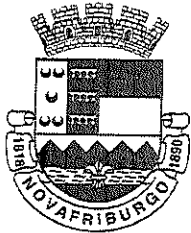
§ 2º O agente público em situação de impedimento fica obrigado a comunicá-lo aos seus superiores imediatamente, a fim de que seja providenciada a designação de outro agente público.

INSTRUMENTOS DE GESTÃO DO CONTRATO

Art. 6º São instrumentos da gestão e da fiscalização das contratações, quando couber:

- I - o Projeto Básico ou Termo de Referência;
- II - o edital;
- III - o Contrato;
- IV - Registros de Ocorrência.

§ 1º O Projeto Básico ou o Termo de Referência deverão ser elaborados, preferencialmente, por técnico com qualificação profissional pertinente às especificidades do objeto a ser contratado, devendo conter, sem prejuízo de outros elementos que se façam eventualmente necessários:



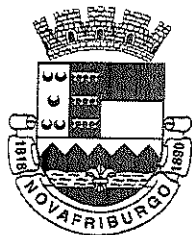
CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO

Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Controle Interno

Referência: Regulamenta a atribuição de Gestor de Contrato

- I - a justificativa da necessidade da contratação;
- II - o objetivo da contratação, identificando a finalidade que se pretende alcançar com a contratação;
- III - a descrição detalhada do objeto a ser executado;
- IV - a demanda e a quantidade a ser contratada, acompanhada, no que couber, dos critérios de medição utilizados, documentos comprobatórios, fotografias e outros meios probatórios que se fizerem necessários;
- V - o prazo da sua execução, inclusive o de cada etapa, se for o caso;
- VI - a forma de pagamento, se à vista ou parcelado, identificando o número de parcelas e a periodicidade, inclusive se vinculado ao mês ou a cada etapa;
- VII - o valor da garantia a ser exigida, quando for o caso;
- VIII - em se tratando de serviços, as metodologias de trabalho, em especial a necessidade, a localidade e o horário de funcionamento;
- IX - o custo estimado da contratação, com o valor máximo global e mensal estabelecido em decorrência da identificação dos elementos que compõem o preço do objeto;
- XI - a disponibilidade orçamentária e financeira do órgão ou entidade, com a definição da rotina de execução;
- XII - o modelo de ordem de serviço ou da autorização da compra;
- XIII - os deveres da contratada e da contratante;
- XIV - os procedimentos de fiscalização e de gestão da qualidade da execução do objeto;
- XV - os registros, controles e informações que deverão ser prestados pela contratada;
- XVI - as respectivas adequações de pagamento pelo não atendimento das metas estabelecidas;
- XVII - as condições que possam ajudar na identificação do quantitativo de pessoal e insumos necessários à execução contratual, em se tratando de serviços, tais como:
 - a) quantitativo de usuários;
 - b) horário de funcionamento do órgão e horário em que deverão ser prestados os serviços;
 - c) restrições de área, quando necessário;
 - d) disposições normativas internas;
 - e) instalações, especificando-se a disposição de mobiliário e equipamentos, arquitetura, decoração, dentre outras; e
 - f) indicação da relação do material adequado para a execução dos serviços com a respectiva especificação;
- XVIII - o Acordo de Níveis de Serviços;
- XIX - os critérios técnicos de julgamento das propostas, nas licitações do tipo técnica e preço, conforme estabelecido pelo artigo 46 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO

Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Controle Interno

Referência: Regulamenta a atribuição de Gestor de Contrato

§2º Conforme a natureza do objeto, os elementos definidos no § 1º, deste artigo, poderão não fazer parte do Projeto Básico ou do Termo de Referência, devendo ser apresentada justificativa no caso concreto.

§3º O Acordo de Nível de Serviço - ANS é o documento que deve integrar o instrumento convocatório ou o instrumento contratual, no caso de dispensa ou inexigibilidade de licitação, com o estabelecimento de níveis mínimos de serviço a serem prestados pelas contratadas, por meio de indicadores objetivos que permitam a mensuração de resultados, preferencialmente pela utilização de ferramenta informatizada, possibilitando à Administração verificar se os resultados contratados foram realizados nas quantidades e qualidades exigidas, e adequar o pagamento aos resultados efetivamente obtidos.

§4º Cabe à Secretaria Geral a regulamentação do Acordo de Níveis de Serviço - ANS, no âmbito do Poder Legislativo do Município de Nova Friburgo.

§5º O Registro de Ocorrência é o documento no qual são anotados periodicamente todos os eventos relacionados à execução do contrato, podendo constituir-se em livro ou caderno, físico ou eletrônico, que será arquivado juntamente com o processo administrativo da contratação.

GESTÃO DOS CONTRATOS

Art. 7º Cabem ao gestor do contrato as atividades gerenciais, técnicas e operacionais que compõem o processo de contratação, em especial as seguintes:

I - acompanhar a celebração dos contratos e termos aditivos, com a coleta das assinaturas, providenciando, posteriormente, a juntada dos comprovantes de publicação do extrato;

II - manter controle individualizado de cada contrato;

III - instruir o processo com os documentos necessários às alterações contratuais e encaminhá-lo à autoridade superior para decisão;

IV - deflagrar os procedimentos de fiscalização ao adimplemento do objeto contratado, a serem executados pelo fiscal do contrato;

V - prover o fiscal do contrato das informações e dos meios necessários ao exercício das atividades de fiscalização e supervisionar as atividades relacionadas ao adimplemento do objeto contratado;

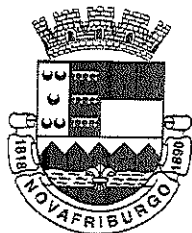
VI - promover o controle das garantias contratuais, inclusive no que se refere à juntada de comprovante de recolhimento e adequação da sua vigência e do seu valor;

VII - propor, formalmente, à autoridade competente, a liberação da garantia contratual em favor da contratada nos prazos regulamentares;

VIII - documentar nos autos todos os fatos dignos de interesse administrativo;

IX - registrar as informações necessárias para comprovação das alegações;

X - instruir o processo com informações, dados e requerimento/manifestação da contratada, pertinentes à alteração de valores do contrato, em razão de reajuste de preços, revisão ou alteração do objeto, para acréscimo ou supressão, e encaminhá-lo à autoridade superior para decisão;



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO

Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Controle Interno

Referência: Regulamenta a atribuição de Gestor de Contrato

XI - controlar o prazo de vigência do contrato e de execução do objeto, assim como de suas etapas e demais prazos contratuais, recomendando, com antecedência razoável, à autoridade competente, quando for o caso, a deflagração de novo procedimento licitatório ou a prorrogação do prazo, quando admitida;

XII - comunicar, com antecedência razoável, à autoridade competente, a proximidade do término do prazo do contrato, instruindo o processo, quando admitida a prorrogação, com os seguintes documentos:

a) manifestação de interesse da Administração quanto à prorrogação do prazo, devidamente justificada;

b) consulta à contratada, solicitando manifestação de interesse na referida prorrogação;

c) resposta da contratada quanto ao interesse na prorrogação contratual;

d) pesquisa de mercado, quando for o caso, para analisar a vantajosidade da prorrogação, tendo por base o Projeto Básico ou o Termo de Referência relativo ao contrato em vigor;

e) existência de disponibilidade orçamentária; e

f) a documentação de comprovação de manutenção do preenchimento dos requisitos de habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação técnica e qualificação econômico-financeira.

XIII - comunicar à autoridade competente e aos setores de interesse os eventuais atrasos e os pedidos de prorrogação dos prazos de entrega e de execução do objeto;

XIV - receber as notas fiscais atestadas pelo(s) fiscal(is) do contrato e encaminhá-las para o setor responsável pelo pagamento, após conferência dos respectivos documentos;

XIV - elaborar ou solicitar justificativa técnica, quando couber, com vistas à alteração unilateral do contrato pela Administração;

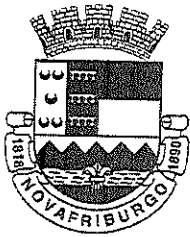
XV - encaminhar o requerimento da contratada de prorrogação do prazo de execução do objeto ou da vigência do contrato à autoridade competente, instruindo o processo com manifestação conclusiva e dados que comprovem o impedimento do cumprimento do prazo pela contratada;

XVI - analisar os casos de necessidade de acréscimos ou supressões do objeto, controlando os respectivos limites e encaminhar à autoridade competente para decisão;

XVII - manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, em ordem cronológica;

XVIII - comunicar à autoridade competente as irregularidades cometidas pela contratada, sugerindo, quando for o caso, a imposição de sanções contratuais e/ou administrativas, conforme previsão contida no Edital e/ou instrumento contratual ou na legislação de regência;

XIX - adotar as medidas preparatórias para a aplicação de sanções e de rescisão contratual, conforme previsão contida no Edital e/ou instrumento contratual ou na legislação de regência, cabendo à autoridade competente a deflagração do respectivo procedimento, a notificação da contratada para a apresentação de defesa e a decisão final;



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO

Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Controle Interno

Referência: Regulamenta a atribuição de Gestor de Contrato

XX - realizar o acompanhamento e a guarda do Registro de Ocorrências elaborado pelo(s) fiscal(is) do contrato;

XXI - cuidar para que qualquer alteração contratual seja promovida por Termo Aditivo ou por Termo de Apostilamento, quando cabível;

XXII - apresentar à autoridade competente, quando solicitado, relatório circunstanciado de gestão do contrato;

XXIII - sem prejuízo das atribuições do(s) fiscal(is) do contrato, notificar à contratada, estabelecendo prazo para o fiel cumprimento das obrigações contratuais ou para que dê início à correção dos defeitos ou desconformidades com o objeto da contratação, constatados durante a sua execução ou após o recebimento provisório, bem como informar à autoridade competente as ocorrências que possam gerar dificuldades à conclusão do objeto.

FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

Art. 8º Cabem aos fiscais do contrato as atividades relacionadas ao acompanhamento da execução do objeto do contrato, em especial as seguintes:

I - conhecer o termo de contrato e todos os seus Anexos, especialmente o Projeto Básico ou o Termo de Referência;

II - criar o Registro de Ocorrências, em meio físico ou informatizado, para lançar as ocorrências relacionadas à execução do contrato;

III - registrar as inspeções periódicas efetuadas, as faltas verificadas na execução do contrato, as providências exigidas e as recomendações efetuadas, bem como as soluções adotadas pela contratada;

IV - abrir processo administrativo para acompanhamento e fiscalização da execução do objeto do contrato, especialmente quando se tratar de fiscalização de contratos de instrumentalização obrigatória na forma do artigo 62 da Lei nº 8.666/93;

V - cobrar da contratada, quando se tratar de obras, o Diário de Obra, devidamente preenchido com as anotações diárias sobre o andamento dos trabalhos, que não substitui o Registro de Ocorrências mencionado no inciso II deste artigo;

VI - certificar-se de que o preposto da empresa contratada está ciente das obrigações assumidas pela contratada;

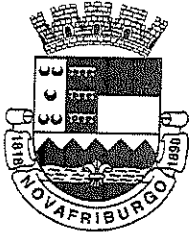
VII - esclarecer as dúvidas do preposto da contratada que estiverem sob sua alçada, encaminhando, às áreas competentes, os fatos que extrapolem sua competência;

VIII - fazer-se presente no local da execução do contrato;

IX - antecipar-se a solucionar problemas que possam afetar a relação contratual;

X - apresentar, em tempo hábil, as situações que requeiram decisões e providências que extrapolem sua competência ao gestor para a adoção das medidas convenientes;

XI - procurar auxílio junto às áreas competentes no caso de dúvidas técnicas ou administrativas;



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO

Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Controle Interno

Referência: Regulamenta a atribuição de Gestor de Contrato

XII - verificar se a contratada está cumprindo todas as obrigações previstas no Edital de licitação e no instrumento de contrato e seus Anexos;

XIII - verificar se estão sendo atendidas as especificações contidas nos planos, projetos, planilhas, memoriais descritivos, especificações técnicas, projeto básico, termo de referência, assim como os prazos de execução e de conclusão, devendo solicitar ao preposto da contratada a correção de imperfeições detectadas;

XIV - verificar se o material fornecido ou utilizado guarda consonância com o oferecido na proposta e especificado pela Administração e se foram cumpridos os prazos de entrega;

XV - verificar a execução do objeto contratual, proceder a sua medição e recebê-lo, pela formalização da atestação;

XVI - recusar serviço ou fornecimento irregular ou em desacordo com as condições previstas no Edital de licitação, na proposta da contratada e no instrumento de contrato e seus Anexos;

XVII - constatar se a execução do objeto contratado está sendo prestada no local estipulado no contrato, com a correta utilização dos materiais e equipamentos;

XVIII - averiguar se é a contratada quem executa o contrato e certificar-se de que não existe cessão ou subcontratação fora das hipóteses legais e previstas no contrato;

XIX - receber reclamações relacionadas à qualidade do material entregue ou de serviços prestados;

XX - assegurar-se de que o número de empregados alocados pela contratada é suficiente para o bom desempenho dos serviços;

XXI - comunicar por escrito ao gestor qualquer falta cometida pela contratada, formando dossiê das providências adotadas para fins de materialização dos fatos que poderão levar à aplicação de sanção ou à rescisão contratual, a ser juntado no processo administrativo;

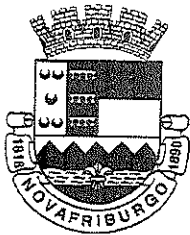
XXII - dar ciência ao gestor, com antecedência razoável, da possibilidade de não conclusão do objeto na data apazada, com as justificativas apresentadas pela contratada;

XXIII - certificar-se de que a contratada mantém, durante toda execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e/ou na contratação, solicitando os documentos necessários a esta constatação;

XXVI - verificar o cumprimento das normas trabalhistas por parte da contratada, inclusive no que se refere à utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, a fim de evitar acidentes com agentes administrativos, terceiros e empregados da contratada, e, na hipótese de descumprimento, comunicar ao gestor para impulsionar o procedimento tendente à notificação da contratada para o cumprimento das normas trabalhistas e instauração de processo administrativo para aplicação de sanção administrativa;

XXVII - assegurar-se de que a contratada mantém um responsável técnico acompanhando as obras e serviços, quando assim determinar o contrato;

XXVIII - exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada e conduta compatível com o serviço público, pautado pela ética e urbanidade no atendimento;



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO

Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Controle Interno

Referência: Regulamenta a atribuição de Gestor de Contrato

XXIX - comunicar, por escrito, à contratada os danos porventura causados por seus empregados, requerendo as providências reparadoras;

XXX - solicitar ao preposto da contratada a imediata retirada do local, bem como a substituição de empregado da contratada que embarçar ou dificultar a sua fiscalização, ou cuja permanência na área da instituição reputar, justificadamente, inconveniente;

XXXI - receber e conferir a nota fiscal emitida pela contratada, atestar a efetiva realização do objeto contratado, na quantidade e qualidade contratada, para fins de pagamento das faturas correspondentes;

XXXII - confrontar os preços e quantidades constantes da nota fiscal com os estabelecidos no contrato;

XXXIII - receber todos os documentos necessários, contratualmente estabelecidos, para a liquidação da despesa e encaminhá-los, juntamente com a nota fiscal, para o gestor do contrato que, após conferência, remeterá a documentação para o setor responsável pelo pagamento, em tempo hábil, de modo que o pagamento seja efetuado no prazo adequado;

XXXIV - certificar-se do correto cálculo e recolhimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias decorrentes do contrato e, caso necessário, buscar auxílio junto os setores de contabilidade da Administração para a verificação dos cálculos apresentados;

XXXV - propor ao gestor de contratos a aplicação de penalidades nos casos de inadimplemento parcial ou total do contrato;

XXXVI - comunicar imediatamente à contratada, quando o fornecimento seja de sua obrigação, a escassez de material cuja falta esteja dificultando a execução dos serviços;

XXXVII - comunicar ao gestor de contratos, mediante provocação do requisitante, a necessidade de se realizar acréscimos ou supressões no objeto contratado, com vistas à economicidade e à eficiência na execução contratual;

XXXVIII - receber provisoriamente o objeto do contrato, quando for o caso, no prazo estabelecido, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes contratantes;

XXXIX - comunicar ao gestor do contrato, formalmente e com antecedência, o seu afastamento das atividades de fiscalização para que, caso julgado necessário, seja designado um substituto;

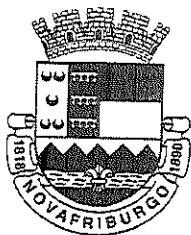
XL - apresentar ao gestor de contratos, ao término do contrato ou quando solicitado, relatório, pronunciando-se pela regular execução do objeto do contrato.

XLI - no caso específico de obras e prestação de serviços de engenharia, cumpre ainda ao fiscal:

a) fazer constar todas as ocorrências no Diário de Obras, com vistas a compor o processo documental, de modo a contribuir para dirimir dúvidas e embasar informações acerca de eventuais reivindicações futuras, tomando as providências que estejam sob sua alçada e dando ciência ao gestor quando excederem as suas competências;

b) zelar pela fiel execução da obra, sobretudo no que concerne à qualidade dos materiais utilizados e dos serviços prestados;

c) testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento;



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO

Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Controle Interno

Referência: Regulamenta a atribuição de Gestor de Contrato

d) acompanhar e analisar os testes, ensaios, exames e provas necessários ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados na execução do objeto contratado, quando houver; e

e) informar ao gestor ocorrências que possam gerar dificuldades à conclusão da obra ou em relação a terceiros.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 9º O agente público deverá atentar para as disposições e diretrizes traçadas nesta Instrução Normativa, sem prejuízo da legislação pertinente em âmbito Municipal, Estadual e Federal.

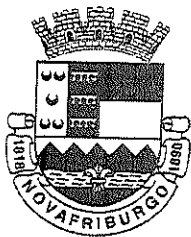
Art. 10 No ANEXO I da presente Instrução Normativa encontra-se instruções e modelos para que os gestores e fiscais de contrato possam utilizar a fim de aprimorar e sistematizar o controle dos contratos de prestação de serviços com conteúdo mínimo para outros atestos que se façam necessários, bem como diretrizes para a correta verificação e utilização do documento, bem como no ANEXO II há um *check-list* para eventual prorrogação de contrato.

Art. 11 Esta Instrução Normativa tem possui efeitos imediatos, devendo ser adaptada a todo procedimento.

ANEXO I

PROCEDIMENTO PARA ATESTAR EXECUÇÃO DE SERVIÇO

1. Conferir as notas fiscais/ faturas relacionadas à execução do contrato.
2. Verificar:
 - período, valor unitário, valor total e descrição dos serviços encontram-se de acordo com o estabelecido no contrato;
 - Se as condições de pagamento do contrato foram obedecidas;
 - Se o valor cobrado corresponde exatamente à medição dos serviços pactuados;



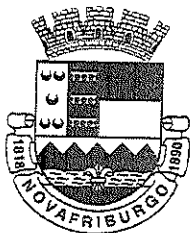
CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO

Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Controle Interno

Referência: Regulamenta a atribuição de Gestor de Contrato

- Se a Nota Fiscal tem a validade e se está corretamente preenchida;
 - Se está acompanhada das guias de quitação do FGTS/ INSS sobre a mão de obra empregada, conforme determina o contrato, quando for o caso;
 - Se a contratada apresentou toda a documentação prevista.
3. Se houver necessidade de saneamento de matéria/ serviço ou de documentação, recomendar ao contratado providências nesse sentido, formalmente (ofício) ou verbalmente, caso seja de simples solução. Somente após a resolução do evento poderá ocorrer a liquidação e pagamento da despesa. No caso de devolução de nota fiscal ou de qualquer outro documento ou, ainda, quando houver necessidade de solicitar à contratada algum documento (guias, carta de correção, faturamento complementar), formular o pedido por escrito, por meio de ofício, anexando uma cópia no processo, justificando o motivo da devolução;
4. Estando a nota fiscal e respectiva documentação de acordo, o fiscal poderá atestar o serviço ou fornecimento.
- As notas fiscais e respectivos documentos não deverão tramitar em separado, evitando-se o extravio.
6. A juntada de documentos deverá obedecer à seguinte ordem:
- Nota Fiscal devidamente atestada;
 - Formulário de Medição/ Relatórios;
 - Autorização de Pagamento assinada;
 - Certidões de Regularidade Fiscal (Certidão Negativa, ou Positiva, com efeito de Negativa) atualizadas e válidas;
 - Recolhimento do ISS e de débitos previdenciários e trabalhistas, quando for o caso.
- Os documentos apresentados no processo deverão ser numerados com rubrica do servidor que promoveu a juntada.
7. Remeter os autos do processo para a área responsável pela liquidação.



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO

Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Controle Interno

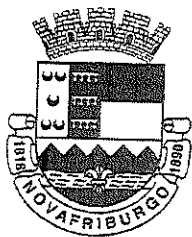
Referência: Regulamenta a atribuição de Gestor de Contrato

Das atribuições do Fiscal do Contrato.

1. Obter a cópia do Contrato e possíveis aditivos;
2. Ler minuciosamente o instrumento de contrato, o Termo de Referência/Projeto Básico;
3. Observar os prazos de execução e vigência do Contrato;
4. Observar a legislação específica aplicada ao objeto;
5. Utilizar instrumentos de controle que possibilitem a mensuração / avaliação da produtividade, do cronograma e da qualidade demandada, quando necessários;
6. Verificar se o contratado recolhe todos os encargos trabalhistas, tributários e previdenciários pertinentes ao contrato (13º salário, INSS e FGTS), quando for o caso;
7. Verificar os recursos humanos e materiais utilizados;
8. Registrar as ocorrências relativas à execução do contrato;
9. Analisar e acompanhar os registros feitos pelos Fiscais de Execução do objeto, registrar eventuais ocorrências irregulares e tomar as providências cabíveis;
10. Promover, sempre que se fizerem necessários, os entendimentos com a Contratada ou seu Preposto, dotando todas as medidas que permitam compatibilizar as obrigações bilaterais, mantendo registro dos contatos ou reuniões realizadas.

Nota - As reuniões ou contatos realizados com a Contratada deverão ser documentados por Termos de Ocorrências, elaborados pela fiscalização e deverão conter, no mínimo, os seguintes elementos:

- Dados do Contrato;
- Data da reunião ou contato;
- Nome e assinatura dos envolvidos;
- Assuntos tratados;
- Decisões;



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO

Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Controle Interno

Referência: Regulamenta a atribuição de Gestor de Contrato
Responsáveis pelas providências a serem tomadas e
Prazo.

11. Encaminhar tempestivamente as questões que ultrapassam o âmbito das atribuições que lhe foram designadas aos respectivos responsáveis;

12. É imprescindível que o Fiscal do Contrato se certifique ainda da existência de:

Prévia emissão da nota de empenho;

Assinatura do contrato e de outros instrumentos hábeis;

Publicação do extrato do contrato;

Portaria de nomeação para fiscal/gestor do contrato

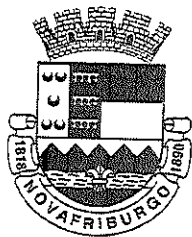
13. O Fiscal/Gestor do Contrato deverá encaminhar memorando ao setor de Licitações, informando sobre a proximidade do fim da vigência contratual nos seguintes prazos:

- Contratos de prestação de serviços continuados, que possibilitem sua prorrogação: 04 meses antes do seu vencimento;
- Contratos de prestação de serviços continuados, que não mais serão prorrogados: 06 meses antes do seu vencimento;
- Contratos diversos (prestação de serviços não continuados e fornecimentos), que porventura apresentem algum atraso no seu cronograma de execução e imponham a necessidade de sua prorrogação: 02 meses antes do seu vencimento.

MODELOS

ATESTO PELO GESTOR/FISCAL DO CONTRATO

O atesto dos serviços prestados ao Poder Legislativo Municipal devem conter, no mínimo, as informações abaixo.



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO

Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Controle Interno

Referência: Regulamenta a atribuição de Gestor de Contrato

Data de início do contrato

Data de término do contrato

ATESTO DE SERVIÇO

Empresa contratada: _____

Número da Nota Fiscal: _____

Data da Nota Fiscal: _____

Número do Contrato: _____

Número do Processo Administrativo CPL: _____

Objeto do Contrato: _____

Forma de pagamento: _____

Gestor/Fiscal 01:

Nome: _____

Matrícula: _____

Portaria de nomeação: _____

Gestor/fiscal 02:

Nome: _____

Matrícula: _____

Portaria de nomeação: _____

Qualidade dos serviços: _____

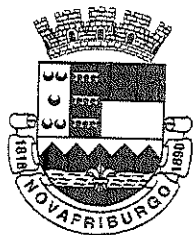
Observações: _____

Atestamos que o serviço está sendo prestado em conformidade com o contratado.

Data: ____/____/____

Ass. _____

Ass. _____



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO

Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Controle Interno

Referência: Regulamenta a atribuição de Gestor de Contrato

ANEXO II

CHECK LIST PARA VERIFICAÇÃO DA PRORROGAÇÃO DOS CONTRATOS

[SIM] [NÃO]

- ☐ ☐ A prorrogação está prevista no Contrato e no edital de convocação?
- ☐ ☐ O contrato ainda está em vigor?
- ☐ ☐ Há comprovação do gestor/fiscal acerca da execução satisfatória do contrato até o momento?
- ☐ ☐ Há certidões tributárias negativas atualizadas?
- ☐ ☐ Foi solicitada a manifestação de concordância da Contratada?
- ☐ ☐ Tem anexa a carta de manifestação de concordância da Contratada?
- ☐ ☐ Foi apresentado o Ofício do Usuário Contratante solicitando prorrogação, com justificativa e grau de satisfação dos serviços prestados?
- ☐ ☐ Foi comprovado que a Contratada mantém as condições iniciais de habilitação;
- ☐ ☐ Foi apurado, em pesquisa, que os preços contratados permanecem vantajosos para a Administração;
- ☐ ☐ O prazo total de vigência contratual ultrapassa 60 meses?
- ☐ ☐ Há minuta do termo aditivo?

DOCUMENTO

7



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO

Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Controle Interno

Referência: Diversificação de fontes na consulta de preços prévia à contratação pública

Instrução Normativa (IN) SeCon nº 002/2018

O Secretário de Controle Interno da Câmara Municipal de Nova Friburgo, tendo como suporte a Resolução Legislativa nº (Projeto 435/18 – ag. aprovação), bem como a novel Lei Orgânica Municipal, **CONSIDERANDO** que:

- A pesquisa de preços realizada pela administração pública é fundamental para obtenção do preço mais vantajoso, assegurando-se o cumprimento da economicidade da futura contratação;
- O Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro - TCE-RJ, pelo voto da Presidente, Conselheira Mariana M. Willeman, aprovou enunciado de súmula com o seguinte teor:

“As pesquisas de mercado realizadas previamente às contratações no âmbito da Administração Pública não devem se limitar a cotações obtidas junto a potenciais fornecedores, devendo obedecer aos critérios de amplitude e diversificação, de maneira a possibilitar o acesso a fontes de pesquisa variadas e a obtenção das melhores condições de preço, respeitadas as limitações decorrentes da especificidade do objeto contratual.”

- O Tribunal de Contas da União – TCU, já se manifestou no mesmo sentido, por meio do acórdão nº 2816/2014, tendo como relator o Ministro José Múcio Monteiro, cujo enunciado aprovado foi

“É recomendável que a pesquisa de preços para a elaboração do orçamento estimativo da licitação não se restrinja a cotações realizadas junto a potenciais fornecedores, adotando-se, ainda, outras fontes como parâmetro, como contratações similares realizadas por outros órgãos ou entidades públicas, mídias e sítios eletrônicos especializados, portais oficiais de referenciamento de custos.”

INSTRUI aos membros da Comissão Permanente de Licitações e, sobretudo, o servidor responsável pela obtenção de orçamentos para formação do preço das futuras contratações públicas, com as seguintes diretrizes e disposições:



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO

Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Controle Interno

Referência: Diversificação de fontes na consulta de preços prévia à contratação pública

Art. 1º Toda e qualquer contratação pública realizada pelo Poder Legislativo de Nova Friburgo, inclusive para os casos de dispensa e inexigibilidade de licitação, deverá ser precedida de ampla pesquisa de preços, realizada por servidor responsável e com a emissão do respectivo relatório de levantamento de preços ao final.

§1º O servidor responsável pelo levantamento de preços deverá obter a maior amplitude de orçamentos possíveis, por meio de pesquisa de mercado, potenciais fornecedores, contratações realizadas por órgãos públicos próximos, sítios eletrônicos especializados, portais oficiais de referenciamento de custos e qualquer outro que seja necessário.

§2º Na hipótese da pesquisa de preços ser realizada por e-mail ou correspondência, deverão ser juntados aos autos o pedido e a resposta do fornecedor, considerando como razoável para resposta o prazo de 5 (cinco) dias contados da emissão do pedido e não havendo resposta, o responsável pela pesquisa de preços deverá reiterar o pedido.

§3º No caso de pesquisas de preço realizadas pessoalmente junto a fornecedores por meio de representante da Administração do Tribunal, deverá ser juntado aos autos documento em nome da empresa, contendo a data, o nome e a assinatura do representante ou responsável pelo fornecimento do preço.

§4º Excepcionalmente, poderá existir levantamento de preços por meio do telefone, desde que presente nos autos comprovante de sua realização constando o nome e a matrícula do servidor responsável pela pesquisa, o nome da empresa e dos empregados que forneceram o orçamento, além do número do telefone, da data e do horário da pesquisa.

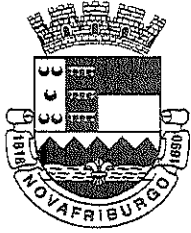
Art. 2º Ao final da busca de preços, o servidor responsável deverá emitir um relatório com o histórico cronológico de busca de preços, cujo o modelo encontra-se no anexo I desta instrução normativa.

Parágrafo único. Somente será possível a utilização de preço único como parâmetro para pesquisa quando comprovadamente não for possível obter cotações válidas no Portal de Compras Governamentais e em todas as demais fontes de pesquisa, devendo, para tanto, existir declaração do servidor responsável pela obtenção dos preços.

Art. 3º Quando da utilização de portal de compras virtuais oficiais ou não para pesquisa, os valores a serem utilizados para pesquisa de preços deverão ser aqueles homologados no processo licitatório, não havendo margem para utilização de propostas que não lograram êxito no procedimento.

Art. 4º A Comissão Permanente de Licitações e, especialmente o servidor designado para realizar o levantamento dos preços deverão ter ciência e buscar efetivar cumprimento aos seguintes preceitos mínimos:

I - manter sempre atualizada a relação de fornecedores de bens e serviços;



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO

Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Controle Interno

Referência: Diversificação de fontes na consulta de preços prévia à contratação pública

II - Utilizar ferramentas tecnológicas que facilitem a realização de pesquisas nos sites oficiais de compras governamentais;

III - Definir os critérios de fornecimento do produto ou da prestação do serviço, de forma a prever condições específicas que possam impactar no valor da contratação, como, por exemplo, prazo, local de entrega e quantidade, entre outros;

IV - Juntar aos autos comprovação da solicitação de cotação;

V - Juntar aos autos a comprovação da realização da pesquisa no portal de Compras Governamentais, independentemente de êxito;

VI - Realizar pesquisa na mídia e site especializados ou de domínio amplo;

VII - Juntar aos autos comprovação da pesquisa independente da obtenção de preços válidos;

VIII - Obter, junto aos demais órgãos da administração, contratos similares, em execução ou concluídos nos 180 dias anteriores à data da pesquisa de preços;

IX - Juntar aos autos a comprovação da solicitação dos contratos similares;

X - Juntar aos autos todos as pesquisas obtidas junto às diversas fontes;

XI - Proceder a avaliação dos preços obtidos, excluindo os valores inexequíveis ou que se destoam do alinhamento dos demais preços pesquisados;

XII. Realizar o levantamento de preço de mercado por meio de mecanismos previamente definidos podendo se utilizar de média, mediana ou menor preço;

XIII. Juntar aos autos as justificativas quanto à impossibilidade de obtenção de três propostas válidas, bem como quando não for possível obter preços de qualquer das fontes relacionadas;

Art. 5º Esta Instrução Normativa possui efeitos imediatos, devendo ser adaptada a todo procedimento no momento do seu recebimento e conhecimento.



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO

Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Controle Interno

Referência: Diversificação de fontes na consulta de preços prévia à contratação pública

ANEXO I

MODELO

Relatório de levantamento de preços

Nome: _____

Matrícula: _____

Meios utilizados para a busca de preços: _____

Quantidade de preços obtidos: _____

Observações: _____

Justificativas: _____

Declaro que a busca de preços foi realizada da forma mais ampla possível, observando as diretrizes estabelecidas pelos órgãos de controle.

Data: ____/____/____

Ass.

DOCUMENTO

8



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO

Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Controle Interno

Referência: parametriza a dispensa de licitação

Instrução Normativa (IN) SeCon nº 003/2018

O Secretário de Controle Interno da Câmara Municipal de Nova Friburgo, tendo como suporte a Resolução Legislativa nº (Projeto 435/18 – ag. aprovação), bem como a novel Lei Orgânica Municipal, **CONSIDERANDO** que:

- a Administração Pública tem o poder-dever de planejar, gerenciar, acompanhar e fiscalizar a atuação da contratada, de modo a garantir o adimplemento do objeto contratado, bem como detectar, antecipadamente, práticas em desconformidades ou defeituosas;
- a necessidade de padronização dos procedimentos atinentes à gestão e à fiscalização dos contratos administrativos;
- a importância de propiciar aos agentes públicos, de forma sintetizada e objetiva, orientações de caráter preventivo; e
- o disposto nos arts. 67, 73 e 74 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e no art. 239 da Lei Estadual nº 287, de 04 de dezembro de 1979;

INSTRUI à Comissão Permanente de Licitação com a finalidade de parametrizar os procedimentos de dispensa previstos no artigo 24 da LEI 8666/93, a fim de que seja observado o disposto no check-list abaixo:

CHECK-LIST - DISPENSA DE LICITAÇÃO EM FUNÇÃO DO VALOR

	DOCUMENTOS NECESSÁRIOS	BASE LEGAL
1.	Inclusão Pedido no solicite	
1.1.	Pedido para a contratação/aquisição:	Lei nº 8.666/93, art. 38, caput
1.2.	Justificativa do serviço	Lei nº 8.666/93, art. 38, caput
1.3.	Descrição clara do objeto inclusive das unidades e quantidades a serem adquiridas.	Lei nº 8.666/93, art. 38, caput
1.4.	Pesquisa de preços mediante a utilização de um dos seguintes parâmetros, observada a ordem de preferência: I- Portal de Compras Governamentais - www.comprasgovernamentais.gov.br ; ou semelhantes II - pesquisa publicada em mídia especializada, sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenha a data e hora de acesso; III - contratações similares de outros entes públicos, em execução ou concluídos nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data da pesquisa de preços; ou IV - pesquisa com os fornecedores.	Lei nº 8.666/93, art. 43, IV



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO

Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Controle Interno

Referência: parametriza a dispensa de licitação

	Justificativa para utilização do parâmetro seguinte no caso de impossibilidade de utilização do parâmetro que o precede	
1.5.	Indicação do recurso próprio para a despesa	Lei nº 8.666/93, art. 7º, § 2º, III, art. 14, caput e art. 38, caput
1.6.	Autorização, emitida pela autoridade competente (ordenador de despesas) para realização do serviço ou para aquisição.	Lei nº 8.666/93, art. 38, <i>caput</i>
2.	Processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado.	Lei nº 8.666/93, art. 38, <i>caput</i>
3.	Elaboração de mapa comparativo dos preços, quando for o caso.	art. 43, IV da Lei nº 8.666/93
4.	Documentação de regularidade do cadastro do fornecedor junto ao SICAF.	Lei nº 8.666/93, art. 28, 29 e 31
5.	Documentação relativa à qualificação técnica (Atestado de Capacidade Técnica), quando for o caso.	Lei nº 8.666/93, art. 30
6.	Certidão negativa de débitos trabalhistas, tributos federais e FGTS.	INSS - art. 195, §3º, CF 1988, FGTS – art. 2º, Lei 9.012/95, Lei 12.440/11
7.	Declaração do cumprimento do disposto no art. 7º, XXXIII da Constituição Federal (proibição de trabalho infantil)	Lei nº 8.666/93, art. 27, V
8.	Pareceres técnicos ou jurídicos emitidos sobre a dispensa são necessários apenas quando houver minuta de contrato não padronizada ou haja, o administrador, suscitado dúvida jurídica sobre tal contratação	Lei nº 8.666/93, art. 38, VI
9.	Fundamentação e a comprovação da hipótese da dispensa da licitação.	Lei nº 8.666/93, art. 24
10.	Emissão da pré-minuta de empenho e dos atos de adjudicação do objeto da dispensa de licitação.	Lei nº 8.666/93, art. 38, VII
11.	As dispensas previstas no inciso I e II não devem ser publicadas	ACÓRDÃO Nº 1336/2006 -TCU- PLENÁRIO
12.	Homologação emitida pela autoridade competente (ordenador de despesas) para emissão da nota de empenho da dispensa de licitação.	Lei nº 8.666/93, art. 38, <i>caput</i>
13.	Nota de empenho devidamente assinada e termo de contrato (se for o caso).	Lei nº 8.666/93, art. 38, X
14.	Entrega/prestação do objeto mediante atesto da nota fiscal pelos solicitantes.	
15.	Nota fiscal anexada ao processo e envio ao DCF para quitação.	
16.	Emissão da Ordem de pagamento e verificação da regularidade fiscal	
17.	Caso não haja regularidade, notificar para que haja regularização	
18.	Observação dos tributos pertinentes (ISS, IRPF, INSS, obrigação patronal).	

DOCUMENTO

9

Srs. Vereadores:

A **MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL**, no uso de suas atribuições legais, submete à consideração de Vossas Excelências o seguinte **Projeto de Resolução**, visando a revogação da Resolução Legislativa 1318/02, que trata da Estrutura do Controle Interno da Câmara Municipal de Nova Friburgo.

JUSTIFICATIVA

1. Com o objetivo de implantar melhorias e otimizar o trabalho técnico-administrativo realizado pelo Poder Legislativo Municipal, faz-se necessária alterações pontuais, porém efetivas, no sistema de Controle Interno do Poder Legislativo.

2. Essas alterações tem como fundamento o correto estabelecimento do organograma funcional do Poder Legislativo Municipal, bem como a extinção/criação de cargos ociosos ou necessários que não se encontravam contemplados na atual estrutura administrativa.

3. Assim, a alteração e sistematização da Secretaria de Controle Interno do Poder Legislativo conferirá mais segurança e eficiência na execução da atividade-fim, bem como maior controle dos atos administrativos.

Resolução Legislativa Nº

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Nova Friburgo, apresenta e requer a aprovação pelo douto plenário da Câmara Municipal de Nova Friburgo do seguinte anteprojeto de Resolução Legislativa:

Resolução Legislativa Nº

Regulamenta a Secretaria de Controle Interno do Poder Legislativo Municipal e dá outras providências.

Art. 1º A Secretaria de Controle Interno – SeCon do Poder Legislativo Municipal é órgão diretamente vinculado ao presidente da Câmara com atuação prévia, concomitante e posterior aos atos da Administração.

Art. 2º A SeCon será composta por:

- I – Secretário de Controle Interno;
- II – Auditor de Controle Interno;

Parágrafo único. Diante da necessidade funcional o Secretário de Controle Interno poderá requerer ao Presidente a requisição de servidor efetivo do quadro permanente para exercer funções de auxílio à SeCon.

Art. 3º As atribuições dos componentes da SeCon encontram-se determinadas na Lei Complementar 95/2015.

Art. 4º Compete à SeCon, prioritariamente:

- I – Elaborar, na época oportuna, a proposta orçamentária da Câmara e cuidar de sua remessa ao Executivo, no prazo legal;
- II – Cumprir e fazer cumprir as determinações contidas nas deliberações do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro;
- III – Exarar pareceres em processos de licitação, pagamento e correlatos;
- IV – Acompanhar e fiscalizar a legalidade e legitimidade dos processos de empenho, liquidação e pagamento de despesas ordenadas;
- V – Fiscalizar, acompanhar e orientar os atos de gestão financeira, patrimonial e orçamentária da Câmara Municipal, sobre os aspectos da legalidade, moralidade e economicidade;
- VI – Examinar os relatórios de gestão fiscal quanto aos limites estabelecidos;
- VII – Acompanhar evolução de despesa, em especial a relacionada ao gasto de pessoal;
- VIII – Realizar periodicamente auditorias no setor contábil, financeiro, orçamentário, de pessoal e

demaís setores de natureza administrativa;

IX - Normatizar e padronizar os procedimentos de acompanhamento, fiscalização e avaliação de gestão;

X – Estabelecer rotinas internas e procedimentos de Controle dos atos praticados pelo Poder Legislativo;

Art. 5º Constituem garantias dos ocupantes integrantes da SeCon:

I – Independência funcional para o exercício de suas funções;

II – acesso a documentos e banco de dados indispensáveis ao exercício da função de Controle Interno;

Art. 6º Verificadas irregularidades ou inconsistências pela Secretaria de Controle Interno, esta cientificará a autoridade responsável para a tomada de providências, devendo sempre proporcionar a oportunidade de esclarecimentos sobre os fatos levantados.

§ 1º Não sendo suficiente a explicação ou não sendo sanada a inconsistência, o fato será documentado e levado ao Presidente da Câmara para as providências cabíveis.

§ 2º No caso de não serem tomadas providências cabíveis pelo Presidente ou pela Mesa Diretora para a regularização da situação apontada, o Secretário de Controle Interno comunicará o fato ao Tribunal de Contas do Estado.

Art. 7º O Auditor de Controle Interno ficará responsável pelas práticas de auditoria visando o cumprimento das metas estabelecidas pelo Tribunal de Contas do Estado, com a supervisão e apoio do Secretário de Controle Interno.

Parágrafo único. O Manual de Auditoria Interna e do Plano Anual de Auditoria Interna - PAAI serão criados pelo Auditor de Controle Interno, com auxílio de todos os departamentos, respeitando a realidade e necessidades setoriais, objetivando formatar e padronizar práticas de auditorias no âmbito do Poder Legislativo.

Art. 8º O Secretário de Controle Interno, com a finalidade de aprimorar os procedimentos internos administrativos do Poder Legislativo, publicará Instruções Normativas para os diversos setores da Câmara Municipal, com indicações de práticas e condutas.

§1º As instruções normativas comporão o Manual de Rotinas Internas e Procedimentos de Controle do Poder Legislativo a ser consolidado no mês de janeiro de cada ano.

§2º A publicação será realizada por meio do sistema interno de informática, onde ficará disponibilizado todos as instruções normativas, bem como por meio de entrega, mediante protocolo, nos setores e departamentos do Poder Legislativo.

Art. 9º O Auditor de Controle Interno substituirá o Secretário de Controle Interno em suas faltas, impedimentos e ausências.

Art. 10 Esta Resolução entre em vigor na data de sua publicação.

Nova Friburgo, 20 de agosto de 2018.

VEREADOR ALEXANDRE CRUZ
PRESIDENTE

_____, Vereador Marcio Damazio - 1º Vice-Presidente

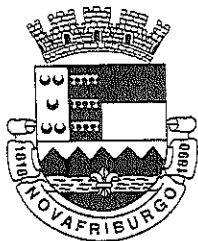
_____, Vereador Wellington Moreira - 2º Vice-Presidente

_____, Vereador Professor Pierre - 1º Secretário

_____, Vereador Carlinhos do Kiko - 2º Secretário

DOCUMENTO

10



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO

Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Controle Interno

Comunicado Interno 002/SeCon/2018

No exercício da função de Secretário de Controle Interno e CONSIDERANDO a necessidade estabelecer instruções normativas e manuais de procedimentos, bem como atuar de forma ativa na resolução das inconsistências apontadas pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro com relação à proporcionalidade existente entre servidores comissionados e efetivos (Processo TCE-RJ nº 212.434-/14) que demandará esforço coletivo dos órgãos do Poder Legislativo a fim de estabelecer novas realidades legislativas e administrativas, **DESIGNO** o servidor do quadro efetivo CLÁUDIO EGGER BARBETO, matrícula nº 332, Auditor de Controle Interno, para **EXARAR** pareceres nos processos de pagamento de competência do Controle Interno.

Nova Friburgo, 03 de setembro de 2018.


Hugo Lontra
Secretário de Controle Interno
Câmara Municipal de Nova Friburgo

Mat. 348

Ciente.
Cefonil
Câmara Municipal de Nova Friburgo
Cláudio Egger Barreto
Auditor de Controle Interno
Mat. 332 - TCE-RJ 002/2018-2

Documento

11



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO

Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Controle Interno

Referência: Ofício 004/SeCon/2018 e Ofício 1ª PJTCNFnº 1182/2018 – Sistema de ponto eletrônico

Ofício 001/SeCon/2019

Nova Friburgo, 02 de fevereiro de 2019.

Ilustre Oficial Administrativo Robson Teixeira,
com cópia para o Departamento de Licitações

tendo em vista o ofício 004/SeCon/2018 de 10 de julho de 2018 enviado ao departamento de licitação, bem como ao setor de Tecnologia da Informação e Recursos Humanos desta Casa Legislativa, que tratava da necessidade de se implantar meios efetivos de controle de frequência dos servidores do Legislativo, reencaminho a solicitação, **requerendo máxima urgência e prioridade** para a aquisição e implantação de sistema eletrônico de controle de frequência para servidores efetivos e comissionados.

Isso se deve ao fato não somente de ser exigência já observada pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro no bojo do Processo nº 212.434-8/2014, mas também como objeto de recentíssima recomendação do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, por meio do Ofício 1ª PJTCNF nº 1182/2018, onde consta *in verbis*: “**Adotar, definitivamente, a partir de 01 de março de 2019, sistema eletrônico de ponto, por identificação biométrica, para todos os servidores da Câmara Municipal, indistintamente (efetivos e comissionados), extensível contratualmente às empresas prestadoras de serviços que envolvam mão de obra terceirizada, se houver.**” (Item 12 da recomendação) (grifei)

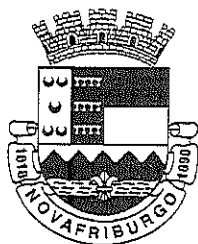
Salienta-se que este Controle Interno está envidando esforços para a implantação de sistema eficiente no parlamento friburguense, inclusive já iniciou contato com a Câmara Municipal de Petrópolis a fim de obter informações do modelo e sistema de frequência biométrica implantada naquela Casa de leis.

Atenciosamente;

Hugo Lontra da Silva
Secretário de Controle Interno
Câmara Municipal de Nova Friburgo
Matrícula 348

Documento

12



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO

Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Controle Interno

Comunicado Interno 003/SeCon/2018

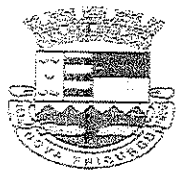
Referência: Disponibilização de Instruções Normativas

No exercício da função de Secretário de Controle Interno e **CONSIDERANDO** a necessidade estabelecer instruções normativas e manuais de procedimentos, bem como atuar de forma ativa na resolução das inconsistências apontadas pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro e no aprimoramento constante de procedimentos administrativos da Câmara Municipal de Nova Friburgo, **INFORMO** que encontram-se disponíveis para **CONHECIMENTO** e **APLICAÇÃO** as Instruções Normativas nº 01, 02 e 03 exaradas pela Secretaria de Controle Interno do Poder Legislativo.

Todas as Instruções Normativas do Controle Interno serão disponibilizadas aos funcionários e setores desta Casa Legislativa virtualmente no Diretório “Plenário novo”, pasta “Instruções Normativas – SeCon”.

Nova Friburgo, 29 de outubro de 2018.


Hugo Lontra
Secretário de Controle Interno
Câmara Municipal de Nova Friburgo
Mat. 348



CAMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO
Rua Farinha Filho, 50
Centro
NOVA FRIBURGO/RJ
CNPJ: 29.844.172/0001-23

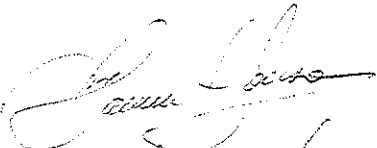
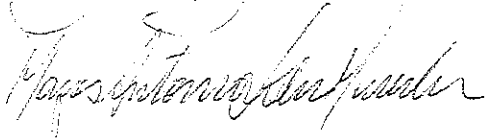
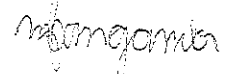
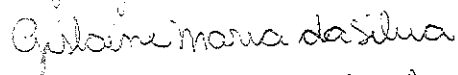
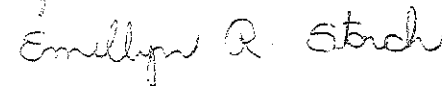
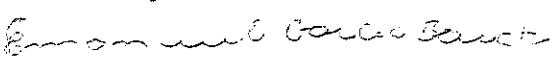
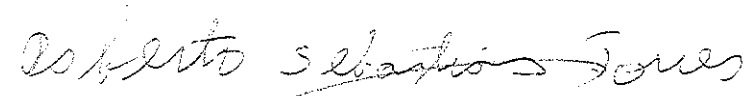
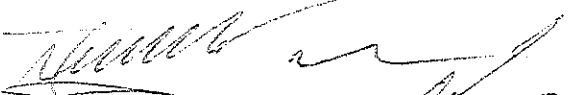


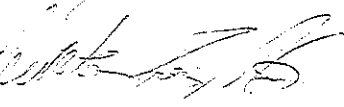
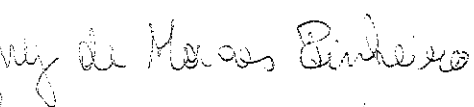
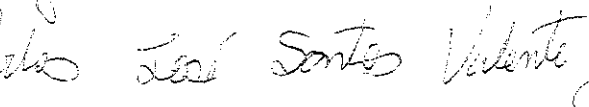

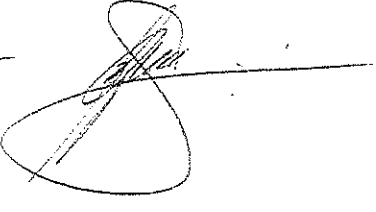
Centro de Custo: Folha de Pessoal Efetivo
Local de Trabalho: Secretaria

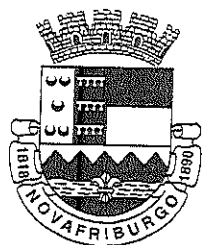
RELAÇÃO DE SERVIDORES X LOCAL DE TRABALHO

Matrícula	Nome	Cargo	Adm.
331	ALINY DE MORAES PINHEIRO	Auxiliar de Manutenção	02/05/2007
38	CARLOS JOSE GONCALVES	Oficial de Manutenção	21/08/1991
332	CLAUDIO EGGER BARBETO	Auditor de Controle Interno	02/05/2007
62	COUSETY REGIA GONCALVES CRUZ	Oficial Legislativo	15/06/1994
31	DENIZE DE ANDRADE ROCHA	Oficial Legislativo	09/04/1990
498	DIRCEU ALUIZIO SPITZ	Auxiliar Administrativo	15/02/2011
499	EVERARDO ABREU MONNERAT SOLON DE PONTES	Auxiliar Administrativo	15/02/2011
1267	GISLAINE MARIA DA SILVA	Auxiliar Administrativo	03/04/2018
348	HUGO LONTRA DA SILVA	Assistente Legislativo	09/08/2007
37	JOSE NASCIMENTO DE SOUSA	Oficial de Manutenção	21/08/1991
367	JULIANA SOARES DE OLIVEIRA PEDRO TULER	Auxiliar Administrativo	06/05/2008
28	MARCOS ANTONIO SILVA MIRANDA	Oficial de Manutenção	02/04/1990
30	MARCOS AURELIO BONO	Oficial de Manutenção	02/04/1990
27	MARIA DAS GRACAS LANGAMER	Auxiliar de Manutenção	02/04/1990
349	NATACHA CEREJA GAMBINI	Assistente Jurídico	09/08/2007
333	RAFAEL LOPES GRIPP	Oficial de Manutenção	02/05/2007
1266	RENATO SILVA DA ROCHA	Almoxarife	03/04/2018
32	RICARDO DA GAMA ROSA COSTA	Assessor Legislativo	09/04/1990
1265	ROBSON TEIXEIRA AMBROSIO	Oficial Administrativo	03/04/2018
336	SILVIA ZVEITER DE ALBUQUERQUE ROCHA	Oficial Administrativo	02/05/2007

Qtde de Servidores: 20

Reunião sobre a Instrução Normativa do Controle Interno - Lista de Presença

1.  Paulo Sérgio
 2.  Marcos Antonio da Silva
 3.  Mangomba
 4.  Gilson Maria da Silva
 5.  Emillyn R. Strich
 6.  Emanuel Carlos Basset
 7.  Roberto Sebastião Jones
 8.  Wilton
 9.  Marcio
 10. 
 11.  Roberto
 12.  Luiz de Marcos Pinheiro
 13.  Carlos José Santos Valente
 14.  Edna Lúcia
- 



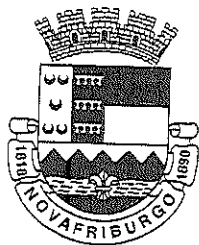
CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO

Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Controle Interno

Protocolo de recebimento do Comunicado Interno 003/SeCon/2018

nº	Nome	Matrícula	Cargo/Função	Assinatura	Data
1	Antônio Maria da Silva	1261	Ass. Adm.	Antônio Maria da Silva	30/10/2018
2	JOSÉ NASCIMENTO DE SOUSA	37	Sec. N.º 1.º	José Nascimento de Sousa	30/10/18
3	Emílio R. Storch	1075	Curr. Exped.	Emílio R. Storch	30/10/18
4	Julio José Santos Valente	1239	Sec. Exped.	Julio José Santos Valente	30/10/2018
5	Antônio Lúcia	1261	Almoxarife	Antônio Lúcia	30/10/2018
6	Roberto	027	Atu. Com.º	Roberto	30/10/18
7	Carlos José Gonçalves	038	Contabili.	Carlos José Gonçalves	30/10/18
8	Emmanuel	1075	Comunicação	Emmanuel	30/10/18
9	FERNANDA AZEVEDO	1064	Direção	Fernanda Azevedo	30/10/18
10	Fernanda Soares G.P. Tuler	367	Aux. Adm.	Fernanda Soares	30/10/18
11	Edson de A. Rocha	336	OF. ADM.	Edson de A. Rocha	30/10/18
12	Ricardo da Cunha Nova Costa	032	Assessoria	Ricardo da Cunha Nova Costa	30/10/18
13	Renato		Assessoria	Renato	30/10/18
14	Valéria		Unid. Com.º	Valéria	30/10/18
15	Luiz	1126	Ass. Adm.	Luiz	30/10/18
16		028	OF. MANUT.		30/10/18
17		1238	Sec.		30/10/18
18	ELIAPPA A.M.J. Pereira	0457	AUX. ADM.	Eliappa	30/10/2018
19	Cony R. P. Cruz	062	Of. Legislação	Cony	30/10/2018
20	Natália Cruz Apolônio	349	Ass. Jurídico	Natália	31/10/18
21					
22					
23					
24					
25					
26					
27					



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO

Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Controle Interno


Comunicado Interno 003/SeCon/2018

Referência: Disponibilização de Instruções Normativas

No exercício da função de Secretário de Controle Interno e **CONSIDERANDO** a necessidade estabelecer instruções normativas e manuais de procedimentos, bem como atuar de forma ativa na resolução das inconsistências apontadas pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro e no aprimoramento constante de procedimentos administrativos da Câmara Municipal de Nova Friburgo, **INFORMO** que encontram-se disponíveis para **CONHECIMENTO** e **APLICAÇÃO** as Instruções Normativas nº 01, 02 e 03 exaradas pela Secretaria de Controle Interno do Poder Legislativo.

Todas as Instruções Normativas do Controle Interno serão disponibilizadas aos funcionários e setores desta Casa Legislativa virtualmente no Diretório "Plenário novo", pasta "Instruções Normativas – SeCon".

Nova Friburgo, 29 de outubro de 2018.



Hugo Lontra

Secretário de Controle Interno

Câmara Municipal de Nova Friburgo

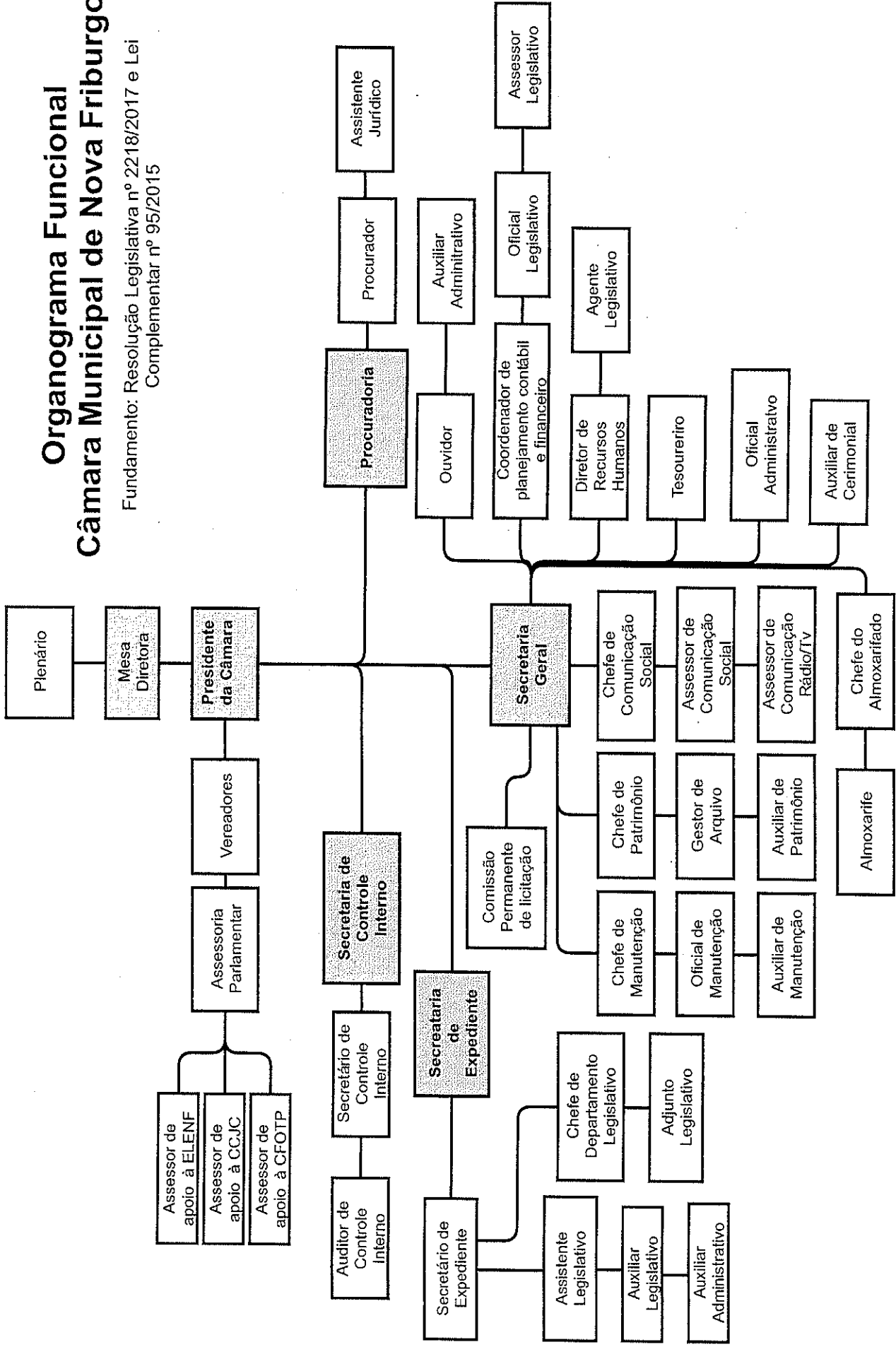
Mat. 348

Documento

13

Organograma Funcional Câmara Municipal de Nova Friburgo


Fundamento: Resolução Legislativa nº 2218/2017 e Lei Complementar nº 95/2015



Documento

14

Identificação Básica

Tipo: PLC - Projeto de Lei Complementar **Número:** 444/2018
Data: 10/09/2018
Ementa: ALTERA A LEI COMPLEMENTAR 95/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
Autor: Mesa Diretora - P
Texto Integral: 

Outras Informações

Em Tramitação? Não **Matéria Polêmica?** **Regime Tramitação:** Normal

Documentos Acessórios



Nome: DESPACHO CFOTP PLC 444/18 **Tipo:** Parecer **Data:** 11/12/2018
Autor: Com Finanças, Orçamento, Tributação e Planejamento



Nome: ENCAMINHA-SE O PRESENTE PROJETO **Tipo:** Parecer **Data:** 10/10/2018
Autor: Com Constituição e Justiça e de Cidadania

Tramitação

Data: 26/04/2019
Origem: Secretaria - **Destino:** Com Finanças, Orçamento, Tributação e Planejamento
Situação: Aguardando Parecer(es)
Última Ação: Aguardando parecer.

Data: 26/04/2019
Origem: Controle Interno - **Destino:** Secretaria
Situação: Solicita Encaminhamento para Comissão
Última Ação: Solicitando encaminhamento para Com. de Finanças e Orçamento.

Data: 01/02/2019
Origem: CONTABILIDADE - **Destino:** Controle Interno
Situação: Retornando sem informações solicitadas
Última Ação: Retornando ao Controle Interno à pedido deste.

Data: 08/01/2019
Origem: Secretaria - **Destino:** CONTABILIDADE
Situação: Aguardando Parecer(es)
Última Ação: À contabilidade para manifestação.

Data: 08/01/2019
Origem: Controle Interno - **Destino:** Secretaria
Situação: Solicitando Encaminhamento
Última Ação: à contabilidade para conhecimento e manifestação

Data: 11/12/2018
Origem: Secretaria - **Destino:** Controle Interno
Situação: Aguardando Parecer(es)
Última Ação: Aguardando parecer.

Data: 11/12/2018
Origem: Com Finanças, Orçamento, Tributação e Planejamento - **Destino:** Secretaria
Situação: Solicitando Encaminhamento
Última Ação: Solicitando encaminhamento ao Controle Interno da Câmara Municipal.

Data: 10/10/2018
Origem: Secretaria - **Destino:** Com Finanças, Orçamento, Tributação e Planejamento
Situação: Aguardando Parecer(es)
Última Ação: Aguardando parecer.

Data: 10/10/2018

Origem: Com Constituição e Justiça e de Cidadania - **Destino:** Secretaria

Situação: Solicitando Encaminhamento

Última Ação: Solicitando encaminhamento para todas as comissões.

Data: 14/09/2018

Origem: Plenário - **Destino:** Com Constituição e Justiça e de Cidadania

Situação: Aguardando Parecer(es)

Última Ação: Aguardando parecer da CCJ.

Data: 13/09/2018

Origem: Secretaria - **Destino:** Plenário

Situação: Matéria lida em Plenário

Última Ação: Matéria lida em plenário.

retornar

Srs. Vereadores:

A **MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL**, no uso de suas atribuições legais, submete à consideração de Vossas Excelências o seguinte **Projeto de Lei Complementar**, visando a alteração da Lei Complementar nº 95/15, que trata da Estrutura Administrativa e o Plano de Cargos e remuneração da Câmara Municipal de Nova Friburgo.

JUSTIFICATIVA

1. Com o objetivo de implantar melhorias e otimizar o trabalho técnico-administrativo realizado pelo Poder Legislativo Municipal, faz-se necessária alterações significativas, principalmente em relação à proporcionalidade entre servidores comissionados e efetivos;

2. Essas alterações tem como fundamento o correto estabelecimento do organograma funcional do Poder Legislativo Municipal, bem como a extinção/criação de cargos ociosos ou necessários que não se encontravam contemplados na atual estrutura administrativa.

3. Assim, a aprovação desta Lei Complementar é mais um avanço para o Poder Legislativo de Nova Friburgo, no sentido primar pela boa técnica legislativa, respeitando os servidores da casa e os cidadãos do município e adequando as normas à natural evolução da sociedade.

LEI COMPLEMENTAR Nº

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Nova Friburgo, apresenta e requer a aprovação pelo duto plenário da Câmara Municipal de Nova Friburgo do seguinte anteprojeto de Lei Complementar:

LEI COMPLEMENTAR Nº

ALTERA A LEI COMPLEMENTAR 95 DE 2015

Art. 1º Altera o artigo 7º da Lei Complementar nº 95/15, que passa a ter a seguinte redação:

“Art. 7º São 80 (oitenta) os cargos do Quadro Permanente da Câmara Municipal de Nova Friburgo.”

Art. 2º Altera o art. 15 da Lei Complementar nº 95/15, que passa a ter a seguinte redação:

“Art. 15 Os cargos de provimento em comissão da Câmara Municipal de Nova Friburgo são os que fazem parte do Anexo II da presente Lei Complementar e deverão ser preenchidos, no percentual mínimo de 10% (dez por cento), por servidores efetivos, desde que haja disponibilidade financeira e habilitação dos mesmos para os cargos, nos termos da lei vigente.

§ 1º Quanto ao exercício de função gratificada de Tesoureiro, Gestor de Arquivo e Coordenador de Planejamento Contábil e Financeiro, somente poderão ser preenchidos por servidor efetivo do Quadro Permanente da Câmara Municipal, por meio de designação.

§ 2º...”

Art. 3º Altera o artigo 17 da Lei Complementar 95/15, que passa a ter a seguinte redação:

“Art. 17 Cada Vereador terá direito a 1 (um) assessor parlamentar:

I - Chefe de Gabinete;

§ 1º O Presidente da Câmara Municipal terá direito a mais 2 (dois) assessores parlamentares.

§ 2º Nas publicações de nomeação referentes às assessorias parlamentares, deverá constar, além do Cargo, Padrão e Grau da Tabela de Cargos de Provimento em Comissão (Anexo II), o nome do vereador requerente, exceto no caso de nomeação do Assessor de Apoio à Escola Legislativa de Nova Friburgo e Assessor de Comunicação em Rádio e Tv, que serão vinculados diretamente à Presidência.”

Art. 4º Altera o Anexo II – Cargos de provimento em comissão, item 2 – Classe Diretoria, extinguindo

o Cargo de Diretor de Contabilidade.

Art. 5º Altera o Anexo II – Cargos de provimento em comissão, item 1 – Classe Especial, **renomeando** o cargo de “Procurador” para “Procurador Geral”.

Art. 6º Altera o Anexo II – Cargos de provimento em comissão, item 4 – Classe de Assessoria Parlamentar, **extinguindo** os cargos de “Chefe Legislativo”, “Chefe de Expediente”, “Auxiliar de Gabinete”, “Auxiliar de Expediente” e “Auxiliar de Plenário”.

Art. 7º Altera o Anexo II – Cargos de provimento em comissão, item 4 – Classe de Assessoria Parlamentar, **renomeando** o cargo de “Chefe de Gabinete” para “Assessor Parlamentar”.

Assessor Parlamentar	CM – I	C	23 (vinte e três)	Anexo - IV
----------------------	--------	---	-------------------	------------

Art. 8º Altera o Anexo II – Cargo de provimento em comissão, item 4 – Classe de Assessoria Parlamentar, **renomeando** o cargo de “Auxiliar de cerimonial” para “Assessor de Cerimonial”

Art. 9º Altera o Anexo II – Cargo de provimento em comissão, item 5 – Cargo de provimento em função gratificada, criando a função de “Coordenador de Planejamento Contábil e Financeiro”

Coordenador de Planejamento Contábil e Financeiro	CM – II	D	01 (um)	Anexo - IV
---	---------	---	---------	------------

Art. 10º Altera o Anexo III – Atribuições dos cargos da Câmara Municipal de Nova Friburgo, item 3 – Cargos de Provimento em comissão, incluindo atribuições ao cargo de “Procurador Geral”:

CARGO: PROCURADOR GERAL

Atribuições do Cargo:

a)...

...

g) Coordenar os trabalhos jurídicos do Poder Legislativo;

h) Monitorar o cumprimento de prazos e tarefas dos subordinados;

Art. 11 Altera o Anexo III – Atribuições dos cargos da Câmara Municipal de Nova Friburgo, item 4 – Cargos de provimento em função gratificada, criando as atribuições e requisitos mínimos para o exercício da função gratificada de “Coordenador de Planejamento Contábil e Financeiro”:

CARGO: COORDENADOR DE PLANEJAMENTO CONTÁBIL E FINANCEIRO

Requisitos mínimos para o provimento:

a) Ensino Superior completo, com formação em área contábil pelo menos em nível médio;

b) Registro no Conselho Regional de Contabilidade;

c) Redação própria;

d) Noções de Técnica Legislativa;

e) Conhecimentos da estrutura organizacional municipal;

f) Conhecimentos da Legislação do Tribunal de Contas;

g) Conhecimentos da Legislação em Geral;

h) Boa digitação.

i) Conhecimento das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBCASP;

Atribuições do Cargo:

- a) Controlar a escrituração contábil da Câmara, nos moldes da Contabilidade Aplicada ao Setor Público;
- b) Levantar, mensalmente, o balancete geral da receita e da despesa;
- c) Acompanhar e fiscalizar os processos de empenho e liquidação de despesas ordenadas;
- d) Atender às consultas que lhe forem encaminhadas;
- e) Cumprir as atribuições e exigências contidas nas deliberações do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro e na Lei de Responsabilidade Fiscal;
- f) Prestar assistência ao Presidente da Câmara e à Mesa Diretora sobre questões contábeis;
- g) Coordenar, na época oportuna, os trabalhos de elaboração da proposta orçamentária da Câmara e cuidar de sua remessa ao Executivo;
- h) Coordenar a execução de atividades referentes aos serviços de controle e escrituração contábil;
- i) Elaborar as propostas de abertura de créditos adicionais e suplementares de acordo com as necessidades orçamentárias;
- j) Dirigir a escrituração e lançamento de todas as operações orçamentárias e bancárias;
- k) Ser o responsável pelo cumprimento de prazos de remessa de documentos contábeis para os órgãos de controle externo;
- l) Providenciar a elaboração dos balancetes mensais de receita e despesa e do balanço anual da Câmara, assinando-os com os demais responsáveis;
- m) Atender às consultas que lhe forem encaminhadas sobre a execução orçamentária;
- n) Acompanhar a Execução Orçamentária, atentando para os limites estabelecidos em lei;

Art. 12º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Nova Friburgo, 10 de setembro de 2018.

VEREADOR ALEXANDRE CRUZ
PRESIDENTE

_____, Vereador Marcio Damazio - 1º Vice-Presidente

_____, Vereador Wellington Moreira - 2º Vice-Presidente

_____, Vereador Professor Pierre - 1º Secretário

_____, Vereador Carlinhos do Kiko - 2º Secretário

Documento

15



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA DE NOVA FRIBURGO
Cidadania – Idosos - Patrimônio Público – Portadores de Deficiência - Saúde
Av. Rui Barbosa, nº 233 – Centro – Nova Friburgo/RJ CEP. 28605-050 – Tel.: (22) 2522-5356

Nova Friburgo, 05 de dezembro de 2018

Ofício 1ª PJTCNF nº 1175 /18

Referência: IC 187/14 – MPRJ 2010.00763759 - Ofício 1ª PJTCNF nº 1175 /18 (*favor mencionar na resposta*).

Prezado Senhor,

Cumprimentando-o, na qualidade de Promotor de Justiça em atuação perante a 1ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva de Nova Friburgo, sirvo-me do presente para encaminhar-lhe a RECOMENDAÇÃO 03/18 que segue anexa, para ciência e providências.

Sem mais no momento, colho o ensejo para renovar os votos de elevada estima e distinta consideração.


SIMONE GOMES DE SOUZA
Promotor de Justiça

Ao Ilmo. Sr.
Presidente da
CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO
Nova Friburgo – RJ

Anexo: Recomendação 03/18



Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA DE NOVA FRIBURGO
Avenida Rui Barbosa, nº 233, Centro, Nova Friburgo – RJ – CEP.: 28.625-050
Tel.: (22) 2522.5356

RECOMENDAÇÃO nº 03/1ª PJTC/2018

Ref. Inquérito Civil nº.: 187/2014

CONSIDERANDO ser o Ministério Público “instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis”¹, competindo-lhe “zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia e promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos”²;

CONSIDERANDO que a Administração Pública direta e indireta, em todas as esferas da federação, está subordinada, em todos os campos de sua atuação, aos princípios da legalidade, impessoalidade, publicidade, moralidade e eficiência (art. 37, *caput*, da CF), cabendo ao Ministério Público zelar por sua estrita observância, em especial quando se tratar de serviços de relevância pública (art. 5º, IV e V, “b”, da LC 75/93);

CONSIDERANDO que entre os instrumentos de atuação do Ministério Público para cumprimento de sua missão institucional, compete-lhe promover o inquérito civil e a ação civil pública, bem como **expedir recomendações** visando à melhoria de serviços públicos e de relevância pública, bem como o respeito aos interesses, direitos e bens cuja defesa lhe cabe promover, fixando prazo razoável para a adoção das providências cabíveis (art. 6º, VII e XX, da LC 75/93);

CONSIDERANDO que tramita, desde o ano de 2014, o Inquérito Civil nº 187, que versa sobre necessidade de realização de concurso público em razão do número excessivo de funcionários comissionados, inclusive para exercício de funções permanentes, constatado inclusive em relatório técnico do TCE, com possível violação dos princípios norteadores da Administração Pública – art. 37 da Constituição Federal, no qual já foram realizadas inúmeras diligências, realizados alguns atos efetivos, porém não suficientes (como a realização de concurso em 2017) e frustradas tentativas de solução amigável e extrajudicial;

¹ Constituição da República, art. 127, *caput*.

² Constituição da República, art. 129, incisos I e II.



Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA DE NOVA FRIBURGO
Avenida Rui Barbosa, nº 233, Centro, Nova Friburgo – RJ – CEP.: 28.625-050
Tel.: (22) 2522.5356

CONSIDERANDO que a Lei Complementar 95/2015 (alterada pela LC 112/2017), que reorganiza e regulamenta a estrutura administrativa e o plano de cargos e vencimentos dos servidores efetivos e comissionados da Câmara Municipal de Nova Friburgo, prevê 41 cargos efetivos e 157 comissionados;

CONSIDERANDO que já em Relatório de Auditoria Governamental realizado pelo TCE, abrangendo o período de 2012/2014, restou constatado que o quadro de servidores era composto por 16 servidores efetivos, 02 efetivos comissionados, 05 cedidos comissionados extraquadro e 147 comissionados, além dos 21 vereadores, o que “demonstrava que 89,35% do total de cargos existentes naquele órgão eram de provimento em comissão e 89,09% dos cargos ocupados estavam providos por servidores exclusivamente comissionados, revelando desequilíbrio entre as naturezas, bem como falta de estrutura para a atuação do Poder Legislativo local”, assim como “verificou-se a existência de servidores comissionados cuja formação não era condizente com os requisitos exigidos em lei”;

CONSIDERANDO que em “plano de ação” encaminhado pela Câmara Municipal em 06.02.2015 foram apontadas como ações a serem adotadas para a solução do problema: “a redução do número de vereadores de 21 para 15, para a legislatura seguinte, conforme a Emenda à lei Orgânica nº 41/2011; a realização de concurso público para a ocupação de cargos efetivos (mais 14 cargos efetivos); a extinção dos cargos que não estavam relacionados às funções de chefia, direção e assessoramento; o controle de frequência de forma mais efetiva e, por fim, um maior controle sobre a nomeação de comissionados”;

CONSIDERANDO que a primeira ação - redução do número de vereadores de 21 para 15, para a legislatura seguinte, conforme a Emenda à lei Orgânica nº 41/2011 – não ocorreu, uma vez que a Emenda 41/2011, que alterou o art. 58, § 2º da LOM, determinando a redução do número de Vereadores para 15, a partir das eleições municipais de 2016, foi novamente alterada, por meio da Emenda nº 49/2015 à LOM, voltando-se ao quantitativo de 21 Vereadores que fora anteriormente estipulado pela emenda à LOM nº 37/2008, fixando-se no máximo constitucionalmente permitido, mas gerando o excessivo número de cargos comissionados de assessoria (seis para cada Vereador);

CONSIDERANDO que a segunda ação - a realização de concurso público para a ocupação de cargos efetivos (mais 14 cargos efetivos) – foi parcialmente realizada, já que realizado o concurso para 14 vagas, finalizado e homologado o certame, até o momento, somente 10 foram empossados, tendo sido publicado na data de hoje (05.12.2017) a convocação de mais 10 aprovados;

506



Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA DE NOVA FRIBURGO
Avenida Rui Barbosa, nº 233, Centro, Nova Friburgo – RJ – CEP.: 28.625-050
Tel.: (22) 2522.5356

CONSIDERANDO que a terceira ação - a extinção dos cargos que não estavam relacionados às funções chefia, direção e assessoramento – não foi realizada, uma vez que a Lei Complementar a Lei Complementar 95/2015 (alterada pela LC 112/2017), que reorganiza e regulamenta a estrutura administrativa e o plano de cargos e vencimentos dos servidores efetivos e comissionados da Câmara Municipal de Nova Friburgo, inclusive aumentando o número de cargos para 201 (art. 7º da LC 95/2015), que era de 197 cargos na LC 70/13 (alterada pela 71/15). Não houve, ainda, modificações significativas na divisão das funções, na natureza do cargo e na definição das funções exercidas por cada cargo, fixando em 41 os cargos de provimento efetivo e 157 cargos em comissão, o que gera a distorção inaceitável de 20,71% de cargos efetivos em contraposição a 79,29% de cargos em comissão;

CONSIDERANDO que a quarta ação anunciada pelo Legislativo, há mais de três anos - o controle de frequência de forma mais efetiva – ainda não foi atendido, realizados apenas estudos e buscas de sistemas, conforme noticiado pelo ofício 004/SeCon/2018, de 10 de julho de 2018 (fls. 304/305);

CONSIDERANDO que a quinta ação - maior controle sobre a nomeação de comissionados – não foi efetivada, mantendo-se a mesma prática desde a fiscalização, orientação e recomendações do TCE;

CONSIDERANDO que conforme o disposto no art. 37, II da Constituição Federal, o concurso público é a regra para ingresso no serviço público, sendo a nomeação para cargo comissionado exceção, destinada apenas às funções de direção, chefia e assessoramento, conforme se depreende da leitura do inciso V do mencionado art. 37, o qual prevê, ainda, na redação dada pela Emenda Constitucional nº 19/98, a edição de lei estipulando condições e percentuais mínimos para preenchimento dos cargos em comissão por servidores de carreira, ou seja, estabelecendo-se o direito de preferência dos servidores efetivos na ocupação dos referidos cargos, privilegiando-se a profissionalização na Administração Pública, a manutenção do plano de cargos da Câmara Municipal de Nova Friburgo, com mais cargos em comissão do que efetivos, afeta o próprio funcionamento do Legislativo, deixando-o sem estrutura para a prestação eficiente do serviço público;

CONSIDERANDO que mesmo não havendo ilegalidade na quantidade de Vereadores, a opção pela adoção do máximo constitucional, contribui, do modo que está, para o elevado, desproporcional e preponderante quantitativo de comissionados sobre efetivos, viola inequivocamente o respeito a princípios constitucionais que garantem e exigem a moralidade, eficiência e impessoalidade, já que fica evidente a falta de profissionalização do Legislativo e da utilização da estrutura de pessoal do órgão para servir a interesses político-

LH



Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA DE NOVA FRIBURGO
Avenida Rui Barbosa, nº 233, Centro, Nova Friburgo - RJ - CEP.: 28.625-050
Tel.: (22) 2522.5356

partidários, vulgarmente conhecido como "cabide de empregos", prática odiosa e detestável, que deve ser afastada de todo modo, onde haja prestação de função estatal;

CONSIDERANDO que a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro está longe de ser exemplo ou justificativa e que as práticas por ela adotadas fogem à atribuição desta Promotoria de Justiça;

CONSIDERANDO que o combate aos atos de improbidade administrativa, em todas as expressões previstas na Lei nº. 8.429/92 (atos que produzem que produzem enriquecimento ilícito, atos que causam prejuízo ao erário e atos atentatórios aos princípios da Administração Pública), mostra-se tanto mais eficiente quanto realizado em caráter preventivo;

CONSIDERANDO que cabe ao Ministério Público expedir recomendações, visando ao respeito aos interesses, direitos e bens cuja defesa lhe cabe promover (artigos 27, parágrafo único, IV, da Lei 8.625/93 e 34, IX da Lei Complementar Estadual nº 106/2003);

CONSIDERANDO que a Recomendação Ministerial, embora não tenha caráter obrigatório, pode ensejar, diante de seu não atendimento, a propositura de medida judicial visando obter o resultado almejado naquele instrumento, bem como se for o caso, e, na hipótese é a imputação de improbidade administrativa em face de todos os envolvidos nos atos lesivos;

o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, através do Promotor de Justiça que esta subscreve,

RECOMENDA.

ao Município de Nova Friburgo, na pessoa do Exmo. Sr. Prefeito Municipal, à Câmara Municipal, na pessoa de seu(s) Presidente(s), considerando as datas de inércia na alteração do quadro lesivo, desde que foi dada ciência pelo TCE, bem como a todos os Vereadores em exercício, já que cabe a estes a alteração da legislação para a adequação dos planos de cargos e vencimentos, e de reforma administrativa para reordenar de acordo com os ditames legais e princípios que regem a Administração Pública, que adote as seguintes medidas:

- 1) Abstenham-se de contratar pessoa física, sob a formatação de autônomo, para o exercício de atividades próprias de servidores públicos efetivos (art. 37, II da CF) ou para atender necessidade temporária de excepcional

40



Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA DE NOVA FRIBURGO
Avenida Rui Barbosa, nº 233, Centro, Nova Friburgo – RJ – CEP.: 28.625-050
Tel.: (22) 2522.5356

interesse público, eis que, nesse último caso, o art. 37, IX da CF, prevê a contratação por tempo determinado;

- 2) Exonerem, até o dia 01 de março de 2019, 66 (sessenta e seis) ocupantes de cargo em comissão e, até o dia 01 de dezembro de 2019, 22 (vinte e dois) ocupantes de cargos em comissão, para que a partir de 2020, cada vereador faça jus a 3 cargos de assessoria por gabinete;
- 3) Exonerem até o dia 01 de março de 2019, todos os ocupantes de cargos definidos por lei como efetivos, atualmente ocupados por contratados, dando posse aos aprovados no concurso realizado em 2017, ainda em vigência e passível de prorrogação;
- 4) Abstenham-se de nomear cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive da autoridade nomeante ou de outro membro ou servidor da Câmara Municipal investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta do Município de Nova Friburgo, compreendido os ajustes mediante designações recíprocas, evitando a prática imoral do nepotismo direto ou cruzado;
- 5) Exonerem, até o dia 01 de março de 2019, todos os nomeados que se apliquem à situação descrita no item 4;
- 6) Dar publicidade, no sítio eletrônico da Câmara Municipal de Nova Friburgo, a partir do dia 01 de março de 2019, com fácil acesso ao público, a relação atualizada de todos os nomeados em funções de confiança e cargos em comissão, com os nomes completos das pessoas, o nome do cargo, o número do ato e a data da nomeação, a informação sobre o gabinete ao qual está lotado e subordinado (se for o caso), valor mensal de gastos para o pagamento de todas as funções de confiança e cargos em comissão ocupadas e definidos em lei;
- 7) Dar publicidade, no mesmo prazo e pelo mesmo meio e com os mesmos dados do item 6, de todos os servidores públicos independente da esfera, requisitados ou cedidos à Câmara Municipal, à Presidência ou aos gabinetes dos membros do Legislativo Municipal.

46



Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA DE NOVA FRIBURGO
Avenida Rui Barbosa, nº 233, Centro, Nova Friburgo – RJ – CEP.: 28.625-050
Tel.: (22) 2522.5356

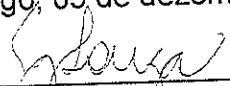
- 8) Realizar todos os atos necessários (alteração legislativa, concurso público etc), até 01 de dezembro de 2019, para implementar reforma administrativa adequada aos parâmetros já firmados pelo TCE e de conhecimento da Casa Legislativa, desde o ano de 2012, reduzindo ao máximo e buscando que o número de cargos efetivos seja correspondente ao de cargos comissionados.
- 9) Colocar em discussão, a possível redução do número de Vereadores, hoje fixado no máximo constitucionalmente permitido, medida que, por si só, já reduz o número de cargos comissionados de assessoria.
- 10) Instituir e observar critérios objetivos de lotação nos cargos, com o escopo de garantir a qualificação e a profissionalização do serviço público municipal, definindo-se critérios de eficiência e economicidade, devendo ser observada como norte a Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, editada pelo secretário de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão do Governo Federal, como:
 - a) Dar preferência a que as funções de confiança devam ser exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo;
 - b) Sejam nomeados aqueles que possuam nível de escolaridade compatível com a complexidade e as atribuições do cargo, sendo preferível o nível superior para os de direção ou chefia;
 - c) Somente sejam nomeados, após a demonstração prévia de qualificação profissional para o adequado desempenho das funções do cargo em comissão.
- 11) Absterem-se de nomear cargos em comissão, independente da nomenclatura legal, para o exercício de atribuições fora das hipóteses de direção, chefia e assessoramento, na forma do art. 37, V da Constituição Federal.
- 12) Adotar, definitivamente, a partir de 01 de março de 2019, sistema eletrônico de ponto, por identificação biométrica, para todos os servidores da Câmara Municipal, indistintamente (efetivos e comissionados), extensível contratualmente às empresas prestadoras de serviços que envolvam mão de obra terceirizada, se houver.



Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA DE NOVA FRIBURGO
Avenida Rui Barbosa, nº 233, Centro, Nova Friburgo - RJ - CEP.: 28.625-050
Tel.: (22) 2522.5356

13) Manifestar, até o dia 01 de fevereiro de 2019, o interesse em realizar Termo de Ajustamento de Conduta para a fixação de vontade e compromisso comum de dar cumprimento ao ora recomendado.

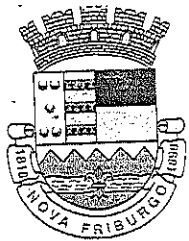
Nova Friburgo, 05 de dezembro de 2018.



Simone Gomes de Souza
Promotora de Justiça
Mat.2150

Documento

16



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ATA REUNIÃO INTERNA

(01.02.2019)

Após convocação realizada pelo Presidente da Câmara Municipal de Nova Friburgo, Vereador Alexandre Cruz, para debater os termos da Recomendação nº 03/18 do Ministério Público Estadual, os vereadores abaixo se manifestaram favoráveis, fazendo, entretanto, as seguintes ressalvas:

1. Que a redução do número de assessores parlamentares para o quantitativo de 04 (quatro) para cada vereador, só seja implementada a partir de maio de 2019, para que aqueles que forem exonerados tenham tempo para se estabelecerem.
2. Que a redução do número de assessores parlamentares para o quantitativo de 03 (três) para cada vereador só seja implementada a partir da próxima legislatura, ou seja, a partir do ano de 2021.
3. Por conta das questões burocráticas e legais, o sistema eletrônico de ponto seja implementado até janeiro de 2020, ficando em vigência a forma que se encontra.
4. A publicidade do item 06 da recomendação seja implementada a partir do mês de maio de 2019, já com o quadro de pessoal adequado a redução proposta.

Vereadores:

Alexandre Cruz

Janio de Carvalho

Vanderleia Abrace Essa Ideia

Zezinho do Caminhão

Marcio Damázio

Isaque Demani

Christiano Huguenin

Wellington Moreira

Marcinho Alcir

Professor Pierre

Jhonny Maycon

Nazareth

Joelson do Pote

Carlínhos do Kiko

Carlos Alberto (Cascão)

Fonseca Luiz Carlos Neves

Sergio Louback

Norival

Nami Nassif

Naim Pedro

Documento

17



Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA DO NÚCLEO NOVA FRIBURGO
Avenida Rui Barbosa, nº 233, Centro, Nova Friburgo – RJ – CEP.: 28.625-050
Tel.: (22) 2522.5356

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO-DE JANEIRO, apresentado pela Promotora de Justiça signatária e a Câmara Municipal de Nova Friburgo, através de seu atual Presidente, o Vereador ALEXANDRE AZEVEDO DA CRUZ e do Procurador, Dr. RODRIGO JARDIM ASCOLY e o Secretário de Controle Interno, Dr. HUGO LONTRA DA SILVA, inscrita no CNPJ sob o nº 29.844.172/0001-23, com endereço na Rua Farinha Filho, nº 50 - Centro – Nova Friburgo – CEP:28.610-280, resolvem firmar Termo de Ajustamento de Conduta, nos moldes do que autoriza o art. 5º, § 6º, da Lei nº 7.347/85 e artigo 784, inciso IV do CPC, pelas razões por todos reconhecidas e na forma que se segue.

CONSIDERANDO ser o Ministério Público *“instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis”¹*, competindo-lhe *“zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia e promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos”²*;

CONSIDERANDO que a Administração Pública direta e indireta, em todas as esferas da federação, está subordinada, em todos os campos de sua atuação, aos princípios da legalidade, impessoalidade, publicidade, moralidade e eficiência (art. 37, *caput*, da CF), cabendo ao Ministério Público zelar por sua estrita observância, em especial quando se tratar de serviços de relevância pública (art. 5º, IV e V, “b”, da LC 75/93);

CONSIDERANDO que entre os instrumentos de atuação do Ministério Público para cumprimento de sua missão institucional, compete-lhe promover o inquérito civil e a ação civil pública, bem como expedir recomendações visando à melhoria de serviços públicos e de relevância pública, bem como o respeito aos interesses, direitos e bens cuja defesa lhe cabe promover, fixando prazo razoável para a adoção das providências cabíveis (art. 6º, VII e XX, da LC 75/93);

¹ Constituição da República, art. 127, *caput*.

² Constituição da República, art. 129, incisos I e II.

Handwritten signatures and initials at the bottom right of the page.



Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA DO NÚCLEO NOVA FRIBURGO
Avenida Rui Barbosa, nº 233, Centro, Nova Friburgo – RJ – CEP.: 28.625-050
Tel.: (22) 2522.5356

CONSIDERANDO que a Câmara Municipal de Nova Friburgo, através de seu Presidente, firma este Termo de Ajustamento de Conduta acerca de matérias e interesses *interna corporis*;

CONSIDERANDO que tramita, desde o ano de 2014, o Inquérito Civil nº 187, que versa sobre necessidade de realização de concurso público em razão do número excessivo de funcionários comissionados, inclusive para exercício de funções permanentes, constatado inclusive em relatório técnico do TCE, com possível violação dos princípios norteadores da Administração Pública – art. 37 da Constituição Federal, no qual já foram realizadas inúmeras diligências, realizados alguns atos efetivos, porém não suficientes (como a realização de concurso em 2017) e frustradas tentativas de solução amigável e extrajudicial;

CONSIDERANDO que a Lei Complementar 95/2015 (alterada pela LC 112/2017), que reorganiza e regulamenta a estrutura administrativa e o plano de cargos e vencimentos dos servidores efetivos e comissionados da Câmara Municipal de Nova Friburgo, prevê 41 cargos efetivos e 157 comissionados;

CONSIDERANDO que já em Relatório de Auditoria Governamental realizado pelo TCE, abrangendo o período de 2012/2014, restou constatado que o quadro de servidores era composto por 16 servidores efetivos, 02 efetivos comissionados, 05 cedidos comissionados extraquadro e 147 comissionados, além dos 21 vereadores, o que “demonstrava que 89,35% do total de cargos existentes naquele órgão eram de provimento em comissão e 89,09% dos cargos ocupados estavam providos por servidores exclusivamente comissionados, revelando desequilíbrio entre as naturezas, bem como falta de estrutura para a atuação do Poder Legislativo local”, assim como “verificou-se a existência de servidores comissionados cuja formação não era condizente com os requisitos exigidos em lei”;

CONSIDERANDO que em “plano de ação” encaminhado pela Câmara Municipal em 06.02.2015 foram apontadas como ações a serem adotadas para a solução do problema: “a redução do número de vereadores de 21 para 15, para a legislatura seguinte, conforme a Emenda à lei Orgânica nº 41/2011; a realização de concurso público para a ocupação de cargos efetivos (mais 14 cargos efetivos); a extinção dos cargos que não estavam relacionados às funções de chefia, direção e assessoramento; o controle de frequência de forma mais efetiva e, por fim, um maior controle sobre a nomeação de comissionados”;

CONSIDERANDO que a primeira ação - redução do número de vereadores de 21 para 15, para a legislatura seguinte, conforme a Emenda à lei Orgânica nº 41/2011



Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA DO NÚCLEO NOVA FRIBURGO
Avenida Rui Barbosa, nº 233, Centro, Nova Friburgo – RJ – CEP.: 28.625-050
Tel.: (22) 2522.5356

– não ocorreu, uma vez que a Emenda 41/2011, que alterou o art.58, § 2º da LOM, determinando a redução do número de Vereadores para 15, a partir das eleições municipais de 2016, foi novamente alterada, por meio da Emenda nº 49/2015 à LOM, voltando-se ao quantitativo de 21 Vereadores que fora anteriormente estipulado pela emenda à LOM nº 37/2008, fixando-se no máximo constitucionalmente permitido, mas gerando o excessivo número de cargos comissionados de assessoria (seis para cada Vereador);

CONSIDERANDO que a segunda ação - a realização de concurso público para a ocupação de cargos efetivos (mais 14 cargos efetivos) – foi parcialmente realizada, já que realizado o concurso para 14 vagas, finalizado e homologado o certame, até o momento, somente 10 foram empossados, tendo sido publicado na data de hoje (05.12.2017) a convocação de mais 10 aprovados;

CONSIDERANDO que a terceira ação - a extinção dos cargos que não estavam relacionados às funções chefia, direção e assessoramento – não foi realizada, uma vez que a Lei Complementar a Lei Complementar 95/2015 (alterada pela LC 112/2017), que reorganiza e regulamenta a estrutura administrativa e o plano de cargos e vencimentos dos servidores efetivos e comissionados da Câmara Municipal de Nova Friburgo, inclusive aumentando o número de cargos para 201 (art. 7º da LC 95/2015), que era de 197 cargos na LC 70/13 (alterada pela 71/15). Não houve, ainda, modificações significativas na divisão das funções, na natureza do cargo e na definição das funções exercidas por cada cargo, fixando em 41 os cargos de provimento efetivo e 157 cargos em comissão, o que gera a distorção inaceitável de 20,71% de cargos efetivos em contraposição a 79,29% de cargos em comissão;

CONSIDERANDO que a quarta ação anunciada pelo Legislativo, há mais de três anos - o controle de frequência de forma mais efetiva – ainda não foi atendido, realizados apenas estudos e buscas de sistemas, conforme noticiado pelo ofício 004/SeCon/2018, de 10 de julho de 2018 (fls. 304/305);

CONSIDERANDO que a quinta ação - maior controle sobre a nomeação de comissionados – não foi efetivada, mantendo-se a mesma prática desde a fiscalização, orientação e recomendações do TCE;

CONSIDERANDO que conforme o disposto no art. 37, II da Constituição Federal, o concurso público é a regra para ingresso no serviço público, sendo a nomeação para cargo comissionado exceção, destinada apenas às funções de direção, chefia e assessoramento, conforme se depreende da leitura do inciso V do mencionado



Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA DO NÚCLEO NOVA FRIBURGO
Avenida Rui Barbosa, nº 233, Centro, Nova Friburgo – RJ – CEP.: 28.625-050
Tel.: (22) 2522.5356

art. 37, o qual prevê, ainda, na redação dada pela Emenda Constitucional nº 19/98, a edição de lei estipulando condições e percentuais mínimos para preenchimento dos cargos em comissão por servidores de carreira, ou seja, estabelecendo-se o direito de preferência dos servidores efetivos na ocupação dos referidos cargos, privilegiando-se a profissionalização na Administração Pública, a manutenção do plano de cargos da Câmara Municipal de Nova Friburgo, com mais cargos em comissão do que efetivos, afeta o próprio funcionamento do Legislativo, deixando-o sem estrutura para a prestação eficiente do serviço público;

CONSIDERANDO que mesmo não havendo ilegalidade na quantidade de Vereadores, a opção pela adoção do máximo constitucional, contribui, do modo que está, para o elevado, desproporcional e preponderante quantitativo de comissionados sobre efetivos, viola inequivocamente o respeito a princípios constitucionais que garantem e exigem a moralidade, eficiência e impessoalidade, já que fica evidente a falta de profissionalização do Legislativo e da utilização da estrutura de pessoal do órgão para servir a interesses político-partidários, vulgarmente conhecido como “cabide de empregos”, prática odiosa e detestável, que deve ser afastada de todo modo, onde haja prestação de função estatal;

CONSIDERANDO que a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro está longe de ser exemplo ou justificativa e que as práticas por ela adotadas fogem à atribuição desta Promotoria de Justiça;

CONSIDERANDO que o combate aos atos de improbidade administrativa, em todas as expressões previstas na Lei nº. 8.429/92 (atos que produzem que produzem enriquecimento ilícito, atos que causam prejuízo ao erário e atos atentatórios aos princípios da Administração Pública), mostra-se tanto mais eficiente quanto realizado em caráter preventivo;

CONSIDERANDO que cabe ao Ministério Público expedir recomendações, visando ao respeito aos interesses, direitos e bens cuja defesa lhe cabe promover (artigos 27, parágrafo único, IV, da Lei 8.625/93 e 34, IX da Lei Complementar Estadual nº 106/2003);

CONSIDERANDO que a Recomendação Ministerial, embora não tenha caráter obrigatório, pode ensejar, diante de seu não atendimento, a propositura de medida judicial visando obter o resultado almejado naquele instrumento, bem como se for o caso, e, na hipótese é a imputação de improbidade administrativa em face de todos os envolvidos nos atos lesivos; **ficam avençadas as seguintes cláusulas:**



Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA DO NÚCLEO NOVA FRIBURGO
Avenida Rui Barbosa, nº 233, Centro, Nova Friburgo – RJ – CEP.: 28.625-050
Tel.: (22) 2522.5356

- 1) **Abster-se-ão, a partir de 01 de fevereiro de 2019**, de contratar pessoa física, sob a formatação de autônomo, para o exercício de atividades próprias de servidores públicos efetivos (art. 37, II da CF) ou para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, eis que, nesse último caso, o art. 37, IX da CF, prevê a contratação por tempo determinado;
- 2) **Exonerarão, até o dia 01 de maio de 2019**, 44 (quarenta e quatro) ocupantes de cargo em comissão e, até o dia 01 de dezembro de 2020, 22 (vinte e dois) ocupantes de cargos em comissão, **para que a partir de 01 de dezembro de 2021**, cada vereador faça jus a 03 (três) cargos de assessoria por gabinete;
- 3) **Exonerarão, até o dia 01 de março de 2019**, todos os ocupantes de cargos definidos por lei como efetivos, atualmente ocupados por contratados, dando posse aos aprovados no concurso realizado em 2017, ainda em vigência e passível de prorrogação;
- 4) **Abster-se-ão** de nomear cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive da autoridade nomeante ou de outro membro ou servidor da Câmara Municipal investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta do Município de Nova Friburgo, compreendido os ajustes mediante designações recíprocas, evitando a prática imoral do nepotismo direto ou cruzado;
- 5) **Exonerarão, até o dia 01 de março de 2019**, todos os nomeados que se apliquem à situação descrita no item 4;
- 6) **Darão** publicidade, no sítio eletrônico da Câmara Municipal de Nova Friburgo, **a partir do dia 01 de maio de 2019**, com fácil acesso ao público, a relação atualizada de todos os nomeados em funções de confiança e cargos em comissão, com os nomes completos das pessoas, o nome do cargo, o número do ato e a data da nomeação, a informação sobre o gabinete ao qual está lotado e subordinado (se for o caso), valor mensal de gastos para o pagamento de todas as funções de confiança e cargos em comissão ocupadas e definidos em lei;



Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA DO NÚCLEO NOVA FRIBURGO
Avenida Rui Barbosa, nº 233, Centro, Nova Friburgo – RJ – CEP.: 28.625-050
Tel.: (22) 2522.5356

- 7) **Darão** publicidade, no mesmo prazo e pelo mesmo meio e com os mesmos dados do item 6, de todos os servidores públicos independente da esfera, requisitados ou cedidos à Câmara Municipal, à Presidência ou aos gabinetes dos membros do Legislativo Municipal.
- 8) **Realizarão** todos os atos legislativos necessários, **até 01 de dezembro de 2019**, para implementar reforma administrativa (alteração legislativa), nos termos do presente ajuste.
- 9) **Realizarão** todos os atos administrativos necessários, **até 01 de dezembro de 2020**, para realizar concurso público para preenchimento dos cargos criados e/ou vagos, decorrentes da alteração legislativa mencionada na cláusula 8.
- 10) **Instituirão e observarão** critérios objetivos de lotação nos cargos, com o escopo de garantir a qualificação e a profissionalização do serviço público municipal, definindo-se critérios de eficiência e economicidade, devendo ser observada como norte a Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, editada pelo secretário de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão do Governo Federal, como:
 - a) Dar preferência a que as funções de confiança devam ser exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo;
 - b) Sejam nomeados aqueles que possuam nível de escolaridade compatível com a complexidade e as atribuições do cargo, sendo preferível o nível superior para os de direção ou chefia;
 - c) Somente sejam nomeados, após a demonstração prévia de qualificação profissional para o adequado desempenho das funções do cargo em comissão.
- 11) **Abster-se-ão, a partir desta data**, de nomear cargos em comissão, independente da nomenclatura legal, para o exercício de atribuições fora das hipóteses de direção, chefia e assessoramento, na forma do art. 37, V da Constituição Federal.
- 12) **Adotarão**, definitivamente, a partir de **31 de janeiro de 2020**, sistema eletrônico de ponto, por identificação biométrica, para todos os servidores da Câmara Municipal, indistintamente (efetivos e comissionados), extensível



Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA DO NÚCLEO NOVA FRIBURGO
Avenida Rui Barbosa, nº 233, Centro, Nova Friburgo – RJ – CEP.: 28.625-050
Tel.: (22) 2522.5356

contratualmente às empresas prestadoras de serviços que envolvam mão de obra terceirizada, se houver.

Nova Friburgo, 01 de fevereiro de 2019.

SIMONE GOMES DE SOUZA
Promotora de Justiça
Mat.2150

ALEXANDRE AZEVEDO DA CRUZ
Presidente da Câmara Municipal de Nova Friburgo

RODRIGO JARDIM ASCOLY
Procurador

HUGO LONTRA DA SILVA
Secretário de Controle Interno

Testemunhas:

- 1.
- 2.

Documento

18

Você está aqui: [Página Inicial](#) / [Sobre a Câmara](#) / [Notícias](#) / COMUNICADO OFICIAL

[Sobre a Câmara](#)

[Acesso](#)

[História](#)

[Função e Definição](#)

[Estrutura](#)

[Regimento Interno](#)

[Notícias](#)

[Notícias](#)

COMUNICADO OFICIAL

[Galeria de Fotos](#)

[Galeria de Vídeos](#)

[Agenda do Plenário](#)

[Imprensa](#)

[Processo Legislativo](#)

[Parlamentares](#)

[Legislaturas](#)

COMUNICADO OFICIAL

por Fernanda da Silva Guimarães —
publicado 02/05/2019 16h05, última
modificação 03/05/2019 11h17

A



Câmara Municipal de Nova Friburgo
Informa que, em virtude das
recomendações ministeriais acordadas no
TAC, firmado com o Ministério Público do
Estado do Rio de Janeiro, está sendo feita
uma Reforma Administrativa nos Quadros
da casa legislativa municipal.

Dessa forma, foram exonerados 44
servidores comissionados dos cargos de
Assessor Parlamentar Auxiliar de Gabinete
e Assessor parlamentar Auxiliar de
Expediente no dia 01/05/2019 para
atender as exigências do termo de Ajuste
de Conduta, conforme lista abaixo
indicada:

**Assessor
Parlamentar**

**Gabinete
do
Vereador**

**DATA DA
EXONERAÇÃO**

Mesa Diretora	1. Alessandro Marques Nunes	Nazareth Catharina	30/04/2019
Comissões			
Ordem do Dia	2. Ana Clara Boy Lopes	Johnny Maycon	30/04/2019
Expediente	3. David Raposo Alves	Zezinho do Caminhão	30/04/2019
Atas das Sessões Públicas	4. Debora Brito	Cascão	30/04/2019
Leis	5. Elias Schumacker	Christiano Huguenin	30/04/2019
Lei Orgânica Municipal			
Legislação Municipal	6. Eude de Paula Braganca	Isaque Demani	30/04/2019
Legislação Estadual			
Legislação Federal	7. Francisco Carlos da Costa Marques	Nami Nassif	30/04/2019
Projetos de Lei			
	8. Ivan Monteiro Filho	Vanderléia Lima	30/04/2019
Transparência			
Orçamento e Finanças	9. Leonardo Neves Leite	Dr. Luis Fernando	30/04/2019
Licitações e Contratos	10. Marco Antonio Bastos	Professor Pierre	30/04/2019
Recursos Humanos			
Parlamentares e Gabinetes	11. Marcos Aurelio Ferreira De Moraes	Carlinhos do Kiko	30/04/2019
Prestação de contas			
Diário Oficial	12. Maria Liete de Oliveira Pimentel	Alcir Fonseca	30/04/2019
Transferências de Recursos			
	13. Moyses Affonso	Joelson do Pote	30/04/2019
Links Úteis			

Prefeitura Municipal	14. Pablo Machado de Oliveira	Marcio Damazio	30/04/2019
Câmara dos Deputados			
Senado Federal	15. Renata Francis Silva Bonvini	Wellington Moreira	30/04/2019
Programa Interlegis			
Serviços para funcionários	16. Sebastião Carlos Ouverney	Naim Pedro	30/04/2019
	17. Vivian Dias Velloso	Marcinho Alves	30/04/2019
	18. Wellington Gervazio da Cunha	Norival	30/04/2019
	19. Vivian Eller	Alexandre Cruz	30/04/2019
	20. Luis Felipe Paixão Ferreira	Luiz Carlos Neves	30/04/2019
	21. Vago	Luiz Carlos Neves	-
	22. Sueli Miranda Dama	Presidência	31/12/2018
	23. Ana Clara Sanches Silva Gravino	Professor Pierre	30/04/2019
	24. Anderson Paulo Frez Boy	Naim Pedro	30/04/2019
	25. Bruno Medeiros da Silva	Joelson do Pote	30/04/2019
	26. Celia Maria Crespo de Campos	Zezinho do Caminhão	30/04/2019

27. Claudio Ferreira Copque	Marcinho Alves	30/04/2019
-----------------------------------	-------------------	------------

28. Denise Correa Lopes	Dr. Luis Fernando	30/04/2019
----------------------------	----------------------	------------

29. Eraldo Luiz de Andrade	Christiano Huguenin	30/04/2019
-------------------------------	------------------------	------------

30. Gabriel Costa Wenderroschy	Johnny Maycon	30/04/2019
--------------------------------------	------------------	------------

31. Isabela Pereira Santos	Carlinhos do Kiko	30/04/2019
-------------------------------	----------------------	------------

32. Jacson Barreto Fagundes	Alcir Fonseca	30/04/2019
-----------------------------------	------------------	------------

33. Jefferson Bertoldo De Moura	Luiz Carlos Neves	30/04/2019
---------------------------------------	----------------------	------------

34. Jose Luiz da Silva	Wellington Moreira	30/04/2019
---------------------------	-----------------------	------------

35. Joselia Gonçalves Pires	Marcio Damazio	30/04/2019
-----------------------------------	-------------------	------------

36. Karine Reis Da Rocha Souza	Janio	30/04/2019
--------------------------------------	-------	------------

37. Leonardo da Rocha Borges	Norival	30/04/2019
------------------------------------	---------	------------

38. Maria Terezinha Alves	Nami Nassif	30/04/2019
---------------------------------	----------------	------------

39. Patricia Maia Nascimento Stutz	Cascão	30/04/2019
---	--------	------------

40. Luciano Correa Da Silva	Isaque Demani	30/04/2019
41. Sheila Marinho do Espírito Santo	Vanderléia Lima	30/04/2019
42. Valcenyr Junior Gomes Faria	Nazareth Catharina	30/04/2019
43. Francine Muller Gravino	Alexandre Cruz	30/04/2019
44. Marcelo de Araujo Dantas	Presidência	31/03/2019

Além disso, foi publicada uma nova lista de exonerações, conforme abaixo indicado, com o intuito de fazer um realocamento administrativo dos servidores a requerimento dos gabinetes, restando vagos, ao final, apenas os cargos acordados com o Ministério Público.

Assessor Parlamentar	Gabinete do Vereador	DATA DA EXONERAÇÃO
1. Andre Luiz Darci Fernandes	Alcir Fonseca	30/04/2019
2. Rute da Silva De Medeiros Rocha	Presidência	30/04/2019
3. Tatiane da Silva Tavares	Cascão	30/04/2019
4. Francielen	Cascão	30/04/2019

5. Olair Roberto Wenderroscki	Presidência	30/04/2019
6. José Carlos Soares De Oliveira	Isaque Demani	30/04/2019
7. Livia Rosa dos Santos	Isaque Demani	30/04/2019
8. Sidnei Fernando de Souza	Isaque Demani	30/04/2019
9. Peterson Rondinelli de Oliveira	Zezinho do Caminhão	30/04/2019
10. Iomael da Silva Cruz	Marcinho Alves	30/04/2019
11. Alexandre Chagas de Souza	Marcinho Alves	30/04/2019
12. Paulo Sidney do Espírito Santo	Marcinho Alves	30/04/2019
13. Adail Paula da Silva	Márcio Damázio	30/04/2019
14. Gerlane Aparecida Salles Alves Ribeiro	Márcio Damázio	30/04/2019
15. Luiz Gilberto da Silva Farias	Nami Nassif	30/04/2019
16. Jhonatan Alves Silva	Nazareth Catharina	30/04/2019
17. Wallace Cesar Piran	Nazareth Catharina	30/04/2019

Motta de
Oliveira

18. Roberval Martins Lopes	Pierre Moraes	30/04/2019
----------------------------------	------------------	------------

19. Luiza Elena Stofel	Vanderléia Lima	30/04/2019
---------------------------	--------------------	------------

20. Rejane de Souza Da Fonseca	Vanderléia Lima	30/04/2019
--------------------------------------	--------------------	------------

21. Nelson Luiz Pereira Cunha	Wellington Moreira	30/04/2019
-------------------------------------	-----------------------	------------

22. Eliana de Fatima Brust de Paula Almeida	Wellington Moreira	30/04/2019
--	-----------------------	------------

23. José Augusto Tofani Mineiro	Dr. Luís Fernando	30/04/2019
--	----------------------	------------

24. Danielle Moreira da Costa	Presidência	30/04/2019
-------------------------------------	-------------	------------

25. Emanuel Garcia Barata	Presidência	30/04/2019
------------------------------	-------------	------------

26. Danielle Corrêa Mendes	-	30/04/2019
----------------------------------	---	------------

27. Felix Salvador Elias Pereira	-	30/04/2019
--	---	------------

28. Walter Inacio da Silva	-	30/04/2019
----------------------------------	---	------------

29. Maycon	Alexandre	30/04/2019
------------	-----------	------------

30. Sabrina
Christina da
Silva Joelson do
 Pote 30/04/2019

31. Victor
Storck Joelson do
Modrach Pote 30/04/2019

32. Celso
Martins de Presidência 30/04/2019
Oliveira

Informamos ainda que todas as recomendações expedidas no TAC estão sendo cumpridas rigorosamente de acordo com o que foi firmado.

Para Outras Informações:

Assessoria de Comunicação Social -
Câmara Municipal de Nova Friburgo
Rua Farinha Filho, 50 - Centro
Tel.: (22) 2524-1700 - Ramal 265

Valescka Vogas Ferreira
Chefe de Comunicação Social
(22) 998 732 533

Fernanda Guimarães
Assessora de Comunicação
(21) 97955-6558

Institucional

Atividade Legislativa Serviços Atendimento

- » [Acesso](#)
- » [História](#)
- » [Função e Definição](#)
- » [Estrutura](#)
- » [Notícias](#)

Rua Farinha Filho, 50
Nova Friburgo - RJ - 28.610-280
Fone: +55 22 2524-1700
E-mail: ouvidoria@novafriburgo.rj.leg.br

Expediente

De segunda a sexta:
- 8h30 às 18h

Documento

19



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO

Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Controle Interno

CÓPIA

Nova Friburgo, 10 de julho de 2018.

Ofício 004/SeCon/2018

Referência: Aquisição de sistema de ponto eletrônico

Destino: Comissão de Licitações

Ilustríssima Senhora Silvia Zveiter

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Na qualidade de Secretário de Controle Interno e tendo em vista **recomendações anteriores do Tribunal de Contas** do Estado do Rio de Janeiro no bojo do Processo nº 212.434-8/2014, acerca da eficiência do controle de ponto dos servidores efetivos e Comissionados do Poder Legislativo de Nova Friburgo, **bem como o Relatório de Auditoria Interna auxiliar realizado em junho de 2018**, a pedido deste secretário assim que assumiu a incumbência funcional, conforme Comunicado Interno nº 001/SeCon/2018 de 14 de junho de 2018, bem como a fragilidade do controle de ponto dos funcionários efetivos e comissionados do Poder Legislativo de Nova Friburgo, **REQUEIRO** a esta Comissão Permanente de Licitações, mais especificamente, nesse primeiro momento, ao servidor responsável pelo setor de coleta de orçamento, que **realize busca de sistemas informatizados de controle de ponto** para posterior aquisição e aplicação pelo Legislativo Friburguense.

Salienta-se que nesse primeiro momento faz-se necessário uma busca de mercado para identificar junto aos gestores qual sistema operacional melhor se adapta à realidade do Poder Legislativo, bem como qual será mais viável financeiramente, em prestígio ao princípio da economicidade.

Como sugestão, indica o contato com outras Câmaras Municipais do Estado do Rio ou não, para identificação do tipo de sistema e principais pontos positivos e negativos de cada um.

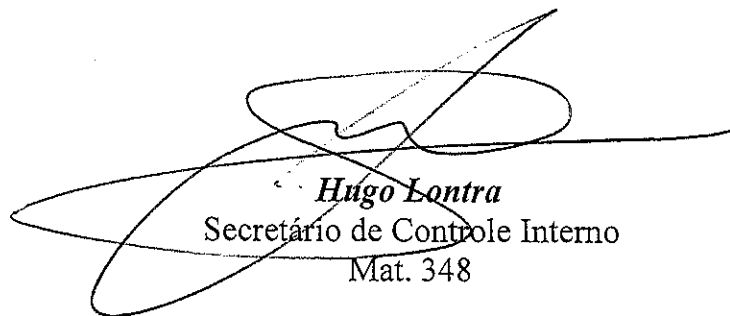


CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO

Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Controle Interno

Após a busca e precificação inicial, requero o retorno dos autos a esta Secretaria de Controle Interno para envio ao Presidente que analisará a oportunidade e conveniência.

Atenciosamente



Hugo Lontra
Secretário de Controle Interno
Mat. 348

Documento

20



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO

Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Controle Interno

Referência: Ofício 004/SeCon/2018 e Ofício 1ª PJTCNF nº 1182/2018 – Sistema de ponto eletrônico

Ofício 001/SeCon/2019

Nova Friburgo, 02 de fevereiro de 2019.


Ilustre Oficial Administrativo Robson Teixeira
com cópia para o Departamento de Licitações

tendo em vista o ofício 004/SeCon/2018 de 10 de julho de 2018 enviado ao departamento de licitação, bem como ao setor de Tecnologia da Informação e Recursos Humanos desta Casa Legislativa, que tratava da necessidade de se implantar meios efetivos de controle de frequência dos servidores do Legislativo, reencaminho a solicitação, **requerendo máxima urgência e prioridade** para a aquisição e implantação de sistema eletrônico de controle de frequência para servidores efetivos e comissionados.

Isso se deve ao fato não somente de ser exigência já observada pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro no bojo do Processo nº 212.434-8/2014, mas também como objeto de recentíssima recomendação do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, por meio do Ofício 1ª PJTCNF nº 1182/2018, onde consta *in verbis*: “**Adotar, definitivamente, a partir de 01 de março de 2019, sistema eletrônico de ponto, por identificação biométrica, para todos os servidores da Câmara Municipal, indistintamente (efetivos e comissionados), extensível contratualmente às empresas prestadoras de serviços que envolvam mão de obra terceirizada, se houver.**” (Item 12 da recomendação) (grifei)

Salienta-se que este Controle Interno está envidando esforços para a implantação de sistema eficiente no parlamento friburguense, inclusive já iniciou contato com a Câmara Municipal de Petrópolis a fim de obter informações do modelo e sistema de frequência biométrica implantada naquela Casa de leis.

Atenciosamente;

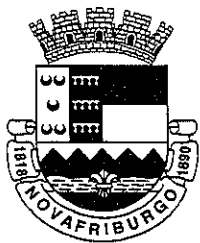

Hugo Lontra da Silva
Secretário de Controle Interno
Câmara Municipal de Nova Friburgo
Matrícula 348

Recebido em
03/01/2019

Recebido em
03/01/19

Documento

21



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO

Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Controle Interno

Referência: Regularidade de pessoal - RH

Ofício 004/SeCon/2019

CÂMARA MUNICIPAL

PROT.

26.04.19

15:29 horas

Indicador

Nova Friburgo, 25 de abril de 2019.

Ilma. Sra. Diretora de Recursos Humanos

em decorrência das atividades de auditoria de pessoal da Câmara Municipal de Nova Friburgo levada a efeito por este Controle Interno, requeiro a vossa senhoria um levantamento documental comprobatório da escolaridade mínima exigida para preenchimento dos seguintes cargos públicos no Poder Legislativo, tendo como referência a Lei Complementar Municipal nº 95/15:

- 1- Procurador – Advogado, regularmente inscrito na OAB
- 2- Secretário-Geral - nível médio
- 3 – Secretário de Controle Interno – nível superior
- 4 – Secretário de Expediente – nível médio
- 5 – Diretor de Recursos Humanos – nível superior
- 6 – Diretor de Contabilidade – nível superior, com formação em área contábil pelo menos em nível médio e inscrição no CRC
- 7 – Chefe do Departamento Legislativo – nível superior
- 8 – Chefe de Comunicação Social – nível superior/experiência comprovada
- 9 – Chefe de Patrimônio – nível médio
- 10 – Chefe de Almoxarifado – nível médio
- 11 – Ouvidor – nível médio
- 12 – Assessor de apoio à CCJC – nível superior em Direito
- 13 – Assessor de apoio à CFOTP - nível superior em Direito/Contabilidade/Economia

Esse levantamento é de extrema relevância para o cumprimento das atribuições deste Controle Interno que está envidando esforços para a implantação de sistema eficiente no parlamento friburguense, inclusive com implantação, em andamento, de sistema de frequência biométrica.

Atenciosamente;


Hugo Lontra da Silva
Secretário de Controle Interno
Câmara Municipal de Nova Friburgo
Matrícula 348

Documento

22



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO

Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Controle Interno

Referência: Processo Administrativo nº 2587/2018 e Processo TCE-RJ nº 226.701-5/17
Portal da Transparência

Ofício 002/SeCon/2019

Nova Friburgo, 02 de fevereiro de 2019.

Ilustríssimo Senhor Secretário Geral,
com cópia para o Recursos Humanos,

levando em consideração o resultado da auditoria realizada pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, consubstanciada nos autos nº 226.701-5/2017, cujo resultado aponta para a adoção de medidas de sede administrativa a fim de adequar o **Portal da Transparência do Legislativo Municipal** às exigências legais, **assinala** como fundamental e necessário para adequação da legislação pertinente a **vinculação de um servidor efetivo à atividade de alimentação e atualização do Portal da Transparência da Câmara Municipal de Nova Friburgo.**

Nesse sentido, com a finalidade de efetivar tal intento, sugere a formalização de ato para que o Departamento de Comunicação e Ouvidoria, que terão novos servidores efetivos em decorrência do preenchimento das vagas do último concurso, em conjunto com setores que identificar pertinentes, tenha a responsabilidade de implementar as medidas necessárias para o cumprimento do exigido no processo nº 226.701-5/17, que faço encaminhar anexo.

Atenciosamente;


Hugo Lontra da Silva
Secretário de Controle Interno
Câmara Municipal de Nova Friburgo
Matrícula 348

Rec. 03/01/19

Roberta Sebastião Nunes
SECRETÁRIO GERAL
MATR. 1238 CPF 307177447-87

Documento

23



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO

Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Controle Interno

Reubi
12.07.2018
J. L. L. L.

CÓPIA

Nova Friburgo, 10 de julho de 2018.

Ofício 003/SeCon/2018

Referência: Relatório de auditoria governamental – Processo TCE-RJ nº 226.885-7/2017

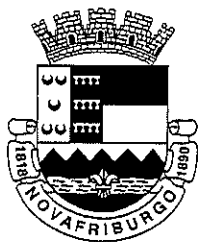
Objeto: Processo Administrativo CMNF nº 2.460/2018

Destino: Diretoria de Recursos Humanos com cópia para Diretoria Contábil / Procuradoria

Tendo em vista a ciência desta Secretaria de Controle Interno, no dia de hoje, do Processo TCE-RJ nº 226.885-7/2017, indico a adoção de medidas urgentes e eficazes com a finalidade de conhecer e/ou sanar às inconsistências apontadas no relatório de auditoria governamental em análise, propondo, de acordo com a determinação do Conselheiro Christiano Lacerda Ghuerren, as seguintes providências:

1. Abertura de processo administrativo para cada um dos servidores apontados no relatório, a fim de que exista explicação individualizada para cada caso concreto, quais sejam:

Qtd.	CPF	MATRÍCULA	CARGO	Motivo
1	010.259.317-50	1162	Auxiliar de Gabinete	Acumulação – 2 vínculos
2	015.743.937-23	1239	Secretário de Expediente	Acumulação – 2 vínculos
3	098.751.427-00	1152	Auxiliar de Gabinete	Acumulação – 2 vínculos
4	119.638.467-37	1119	Chefe Legislativo	Acumulação – 2 vínculos
5	844.810.307-63	1224	Auxiliar de Gabinete	Acumulação – 2 vínculos
6	871.423.847-00	1151	Auxiliar de Gabinete	Acumulação – 2 vínculos
7	07273136735	1086	Chefe de Gabinete	Acumulação – 3+ vínculos
8	07909135777	1189	Auxiliar de Plenário	Acumulação – 3+ vínculos



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO

Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Controle Interno

(a) Cada processo administrativo deverá ser instruído com:

- i. comprovante da convocação do servidor;
- ii. comprovação de que foi dada ciência da irregularidade ao servidor;
- iii. declaração de não acumulação do servidor, atualizada, na qual deverá estar consignada:
 - A. no caso de não acumulação, menção expressa de que não percebe, simultaneamente, remuneração, proventos ou pensão à conta do Regime Próprio de Previdência Social;
 - B. no caso de acumulação, o(s) cargo(s) exercidos pelo servidor e o(s) órgão(s) ao(s) qual(is) está vinculado, bem como a carga horária legal de cada cargo;
- iv. atestação sobre regularidade ou irregularidade da acumulação, feita por autoridade competente;
- v. o ato de exclusão dos vínculos irregulares, com a comprovação de sua publicação, nos casos em que restarem confirmadas acumulações irregulares dentro do próprio órgão/ente;
- vi. certidões comprobatórias da extinção dos vínculos irregulares mantidos com os demais órgão/entes, se a opção do servidor for por manter o vínculo com o órgão/ente de que trata o presente relatório;
- vii. ato de desligamento do servidor, respeitado o contraditório e ampla defesa, caso, após convocado, mantenha-se inerte ou não logre esclarecer e/ou regularizar a situação.

(b) Atualizar os dados cadastrais da folha de pagamentos para refletir, de modo fidedigno, os códigos de situação funcional (Tabela 3 do TSID8) e os códigos de tipo de cargo (Tabela 4 do TSID), limitando aos casos excepcionais a categorização genérica '13 – Outras Funções Públicas Remuneradas' e '07 – Outros', respectivamente, estando ciente de que a correção dos dados será verificada pelo Tribunal na próxima auditoria que trate do tema.



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO

Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Controle Interno

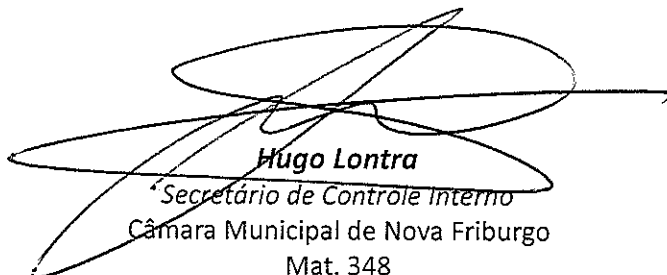
Salienta-se que durante a instrução do Processo administrativo deverá ser garantida a ampla defesa e o contraditório ao servidor que apresenta suposta irregularidade bem como a atestação da regularidade ou irregularidade da acumulação deverá ter apoio da Procuradoria do Poder Legislativo quando deverá se manifestar.

Outrossim, o Controle Interno indica como **PRIORITÁRIO e com máxima urgência** o desenvolvimento do presente processo e o cumprimento das mínimas diretrizes aqui traçadas, podendo somar-se outras que a Diretoria de Recursos Humanos entender necessária, tendo em vista a realização de Auditoria de Monitoramento pelo Tribunal de Contas no prazo máximo de 180 dias, para verificação do saneamento das irregularidades apontadas.

Diante dos critérios de segurança jurídica, prevenção de riscos administrativos e sobretudo, da correta e eficiente apuração dos fatos, estabeleço o prazo de 90 (noventa) dias para cumprimento das providências estabelecidas no Processo TCE-RJ nº 226.885-7/2017. Após, requeiro o retorno dos autos ao Controle Interno para verificação da conformidade.

Eis a indicação de procedimentos, a qual submeto à análise superioro.

Atenciosamente,


Hugo Lontra
Secretário de Controle Interno
Câmara Municipal de Nova Friburgo
Mat. 348

Doc.

Subsídio do Chefe do Executivo



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Nova Friburgo
CONTROLADORIA GERAL

Nova Friburgo, 21 de maio de 2019.

OFÍCIO CG nº 008/2019

Ref: Of. nº 005/Contab/19 – Prestação de Contas – Exercício de 2018

Senhor Presidente,

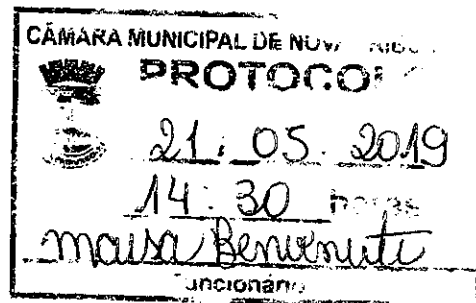
Cumprimentando cordialmente essa Casa Legislativa, na pessoa de V.Exa., e em atenção ao Ofício acima epigrafoado, vimos encaminhar cópia do Memo SSRNº 55/2109, da Subsecretaria de Registros Contábeis da PMNF, com as informações solicitadas e demonstrativos anexos.

Na oportunidade, renovamos os protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,


Elizabeth Righetti Moraes

Controladora Geral



Exmo Sr.

Alexandre Azevedo da Cruz

MD. Presidente da Câmara de Vereadores de Nova Friburgo

NESTA



Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO
Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento
Econômico e Gestão
Subsecretaria de Registros Contábeis



Nova Friburgo, 20 de maio de 2019.

Memo. SSRC Nº 55/2019

De: Subsecretaria de Registros Contábeis

Para: Elizabeth Righetti Moraes
Controladora-Geral

Assunto: Resposta Of. 005/contab/19 CMNF

Senhora Controladora,

Em resposta ao Of. 005/contab/19, informo que :

A) Conforme apresentado em demonstrativo anexo, informo que a Receita arrecadada no exercício de 2018 foi de R\$ 493.809.488,53 (quatrocentos e noventa e três milhões, oitocentos e nove mil, quatrocentos e oitenta e oito reais e cinquenta e três centavos).

B) O valor da remuneração do prefeito é: R\$ 20.202,70 (Vinte mil reais, duzentos e dois reais e setenta centavos).

C) O Somatório das receitas Tributárias e das Transferências perfaz o valor de R\$ 254.736.425,27 (duzentos e cinquenta e quatro milhões, setecentos e trinta e seis mil, quatrocentos e vinte e cinco reais e vinte e sete centavos), conforme apresentado em anexo.


Leonardo Fernandes Pereira
Subsecretário de Registros Contábeis
Matrícula nº 116113

RECEBI

Em, 20/05/19

